



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 144

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 07 DE NOVEMBRO DE 2007

ANO XXXII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN
2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI
3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE
5º Secretário - PR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo *Luiz Claudio Romanelli*
Líder da Oposição *Valdir Rossoni*
PMDB *Waldyr Pugliesi*
PSDB *Ademar Traiano*
Democratas *Plauto Miró*
PT *Elton Welter*
PP *Duílio Genari*
PDT *Luiz Carlos Martins*
PTB *Fábio Camargo*
Bloco PPS/PMN *Dr. Batista*
Bloco PSB/PR/PRB/PV *Reni Pereira*

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mamede - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 144

131ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva..... 02

Presenças..... 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Ofícios..... 03

Indicações 03

Requerimentos 03

Projetos de Leis..... 04

Grande Expediente:

Dep. Geraldo Cartário..... 04

Horário das Lideranças:

Liderança do Bloco PSB/PR/PRB/PV

Dep. Pastor Edson Praczyk 07

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati 08

Liderança do PT

Dep. Elton Welter 10

Liderança do PSDB

Dep. Valdir Rossoni 11

Liderança do PMDB

Dep. Luiz Claudio Romanelli 13

Liderança do Governo

Dep. Luiz Claudio Romanelli 14

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 16

Discussão/Votação

2ª Discussão (Votação em)..... 17

Redação Final 21

2ª Discussão 21

1ª Discussão 21

Discussão Única (Proposições).. 21

Requerimentos 21

Encerramento da Sessão 26

Publicações Administrativas:

Contrato de Comodato..... 26

DIÁRIO Nº 144

131ª SESSÃO ORDINÁRIA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 131ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 07 DE NOVEMBRO DE 2007

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, secretariado pelos Srs. Deputados Elio Rusch e Osmar Bertoldi.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Fábio Camargo, Geraldo Cartário, Jocelito Canto, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Marcelo Rangel, Mamede, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (47).

Ausentes os Srs. Deputados: Antonio Anibelli, Luiz Nishimori e Pedro Ivo (03).

Ausentes com justificativas a Sra. Deputada Luciana Rafagnin e os Srs. Deputados: Luiz Accorsi, Francisco Bühler e Ney Leprevost (04)

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofício

Sob o nº CTL/CC nº 376/07 do Sr. Roberto Requião - Governador do estado, comunicando haver SANCIONADO o Projeto de Lei nº 664/07 de autoria do Deputado Teruo Kato que, concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Asshaías Felipe Essuane, o qual convertido em lei tomou o nº 15669. **Anote-se. Arquite-se.**

OFÍCIO Nº 262/07

Curitiba, em 07 de novembro de 2007.

Senhor Presidente:

Com meus melhores cumprimentos, dirijo-me a V. Exa. para justificar minha ausência das Sessões Plenárias de hoje e de amanhã - 07 de novembro e 08 de novembro de 2007, por estar em visita a municípios de minha base eleitoral, no noroeste do estado e, especialmente, participando da inauguração de casas populares no município de Mandaguaçu, portanto impossibilitado de participar dos trabalhos legislativos naqueles dias.

Limitando ao exposto, manifesto a V. Exa. meu apreço e consideração.

(a) LUIZ ACCORSI

Indicação

INDICAÇÃO Nº 335/07

SÚMULA:

Solicita a implantação de ruas marginais à rodovia BR-476 / Rodovia do Xisto, localizado no município de Araucária.

Ao Exmo. Sr. Rogério Wallbach Tizzot - Secretário de Estado dos Transportes.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor o que segue:

I - solicita a implantação de ruas marginais à rodovia BR-476 / Rodovia do Xisto, do Km 157 até o Km 160, localizado no município de Araucária.

Sala das Sessões, em 07.11.07.

(a) ROSANE FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

Esta indicação se justifica pela necessidade da implantação de ruas marginais para atender a demanda existente pelo comércio e os estabelecimentos de serviços localizados neste trecho.

Esta conexão da Rodovia do Xisto/BR-476 é prioridade para trazer segurança a todos os motoristas e pedestres que transitam na região devido ao alto tráfego hoje existente nestas duas vias. Desde a implantação do pedágio, ocorreram melhorias na malha viária, aumentando desta forma a velocidade empregada pelos veículos que ali circulam, além disso, foram inviabilizados os acessos que eram utilizados naquela região.

Assim acessos inadequados colocam em risco a vida dos transeuntes.

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 3298

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a votação em bloco das Proposições de Veto nºs 021/07 e 027/07, respectivamente itens 08, 09 e 10 da Ordem do Dia da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 07.11.07.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO Nº 3293

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 604/07, item 01, por 01 (uma) Sessão.

Sala das Sessões, em 07.11.07.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 3294

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do Plenário, a retirada de pauta da Proposição nº 022/07, em discussão única, do veto apostado ao Projeto de Lei nº 509/06.

Sala das Sessões, em 07.11.07.

(a) LUIZ ACCORSI

REQUERIMENTO Nº 3296

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 215/07, item 07, por 01 (uma) Sessão.

Sala das Sessões, em 07.11.07.

(a) LUIZ FERNANDES LITRO

REQUERIMENTO Nº 3288

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER justificativa de ausência para o Deputado Ney Leprevost, pois, ausentar-se-á deste plenário na Sessão do dia 07 do mês corrente, em virtude de reunião com o Prefeito de Curitiba, Beto Richa, para tratar de assuntos de interesse da comunidade.

Sala das Sessões, em 07.11.07.

(a) DUÍLIO GENARI

Projeto de Lei

PROJETO DE LEI Nº 792/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública estadual o Instituto Herdeiros da Vida, com sede social no município de Londrina.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.11.07.

(a) ANTONIO BELINATI

JUSTIFICATIVA:

O Instituto Herdeiros da Vida foi fundado há mais de 03 anos, sem fins lucrativos.

Presidido por dona Nair Almeida da Silva, é uma entidade londrinense consagrada no coração da população de baixa renda, especialmente, na terceira idade. Promove, com êxito, assistência social, especialmente para os idosos.

Seus dirigentes, todos voluntários, realizam forte ação, também, nos campos da cultura, preservação do meio ambiente, segurança alimentar e nutricional, além de notáveis campanhas visando combater a pobreza.

Apesar de contar muito pouco com a ajuda do Poder Público Municipal, esse Instituto é hoje o que realiza melhor e permanente trabalho de apoio aos idosos londrinenses.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Não há oradores inscritos no Pequeno Expediente. Passamos ao Grande Expediente.

No Grande Expediente, com a palavra o Deputado Geraldo Cartário.

Antes do Deputado Geraldo Cartário falar, quero registrar a presença dos nossos visitantes. Contamos com a presença do empresário Pedro Silva, de Bandeirantes, nosso amigo, que aqui está. Agradecemos a ilustre presença, junto com os demais visitantes que se encontram aqui.

Com a palavra o Sr. Deputado Geraldo Cartário.

Deputado Geraldo Cartário (PDT)

O SR. GERALDO CARTÁRIO (PDT)

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

Após 17 anos nesta Casa, aprendi que um projeto apresentado é muito difícil de ser votado, aprovado e sancionado. Este é motivo que nos traz, nesta Casa, nesta tarde, para enaltecer a pessoa do Senador Osmar Dias que, ontem, no Senado da República, conseguiu transformar o seu projeto em lei. O Senador Osmar Dias tem sido vítima de atropelamentos de projetos por ele apresentados e, no decorrer do tempo, o próprio Presidente Lula pegas as suas idéias, a sua criatividade, e transforma em lei mandando ao Congresso projetos como o do Primeiro Emprego, também apresentado pelo Senador Osmar Dias.

Ontem, Sr. Presidente, o Senador Osmar Dias teve a aprovação do Projeto de Lei nº 473/07, aprovado pelo Senado, que moderniza a Lei do Estágio no Brasil. A nova proposta prevê que a jornada de estágio não ultrapasse 6 horas/diárias e 30 horas/semanais, no caso da educação superior e profissional; e fica limitada a 3 horas/diárias e 15 horas/semanais para os alunos do ensino médio, além de limitar o número de estagiários passando para o patamar de até 20% dos respectivos empregados. Outra inovação que favorece os estudantes é que o estágio deverá fazer parte do projeto pedagógico de instituição de ensino e do plano curricular, ações que propiciam maiores oportunidades aos jovens brasileiros.

O projeto do Exmo. Sr. Senador Osmar Dias reflete a preocupação do Senado Nacional, em especial dos representantes do estado do Paraná, com o futuro da nossa nação simbolizada pelos jovens que, a partir de agora, ficam assegurados de seus direitos e de maiores oportunidades no mercado de trabalho.

Sr. Presidente Deputado Zucchi, esse projeto é do Senador Osmar Dias, o qual V. Exa. representa e o representa muito bem no Paraná como Vice-Presidente do partido e como seu amigo.

O Senador Osmar Dias, hoje, é foto na Gazeta do Povo porque, apesar do Ministro do Trabalho Carlos Lupi, que é do PDT, estar questionando alguns Parlamentares do PDT e até mesmo os Senadores para que façam o jogo do Planalto, para que aprovem a CPMF, o Senador Osmar Dias já falou: “Eu não entro nessa! Não vou aprovar a CPMF, pois é um imposto que o povo não aceita e se o povo não aceita, Osmar Dias não aceita!” Por esta

razão que também o Deputado Federal do PDT, o londrinense Barbosa Neto, não acatou a decisão do Ministro do Trabalho que certamente, precisa se manter no cargo e uma das melhores maneiras é ficar do lado do Presidente Lula que quer, a qualquer custo, que o povo brasileiro engula a CPMF goela abaixo. O Barbosa Neto também não aceitou. Certamente que a bancada do PDT nesta Casa, Sr. Deputado Zucchi, que tem os Deputados Edgar Bueno e o Líder do partido Luiz Carlos Martins, se fossem chamados a votar, também não votaríamos a favor da CPMF, porque isso é algo que o povo não aceita. Ora, se somos eleitos pela vontade do povo, não podemos traí-lo muito menos votar a CPMF.

Assim, Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos de parabéns, nós do PDT e o PSDB da mesma forma, porque o Senador Álvaro Dias, com a sua habilidade política, experiência Parlamentar e passado glorioso neste nosso estado do Paraná, grande Governo implantou no nosso estado, sem perseguição e arrogância. Dentro dos parâmetros democráticos, o Senador Osmar Dias, da mesma forma, tornou público, ainda mais, convenceu os demais Senadores, porque tinham alguns ali balançando. Acho que o Senador Osmar Dias, Deputados Rossoni, deve ter lembrado aos Senadores que o mandato, de acordo com o Supremo Tribunal Federal, não nos pertence mais. Parece aquela gordinha da Globo, que diz “Não lhe pertence mais!” O nosso mandato não é mais nosso, individualmente, é do partido.

Certamente o Senador Álvaro Dias, falando com os demais Senadores: “Não dá, não podemos ter ovelhas negras no nosso rebanho”, temos que partir para um princípio só: ou o PSDB é Governo ou o PSDB é Oposição. Após reunião, os Senadores falaram: “Nós somos Oposição”. Votamos contra a CPMF e assim foi resolvido. A CPMF não terá o voto dos paranaenses do PSDB, do PDT e certamente não terá o voto de Flávio Arns, que é Senador do PT e tem demonstrado que não vai atender ao partido PT e que votará contra. Para o Paraná é uma excelente posição assumida.

Tem mais, Sr. Presidente, Srs. Deputados, se fosse para negociar como se negociam nas Casas, nos Parla-mentos brasileiros e mundiais, haveríamos, nessa oportunidade, de perguntar ao Presidente Lula: por que as universidades estaduais do Paraná não são federalizadas, de acordo com o projeto do Senador Osmar Dias? Porque os estados do nordeste, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas, Rio e Espírito Santo negociam, mas não em termos pessoais, deliberar emenda para Parlamentar, o que é vergonhoso. Eles negociam para os seus estados. E nós só estamos contando como Universidade Federal do Paraná, que foi a primeira do Brasil, porque certamente lá atrás os paranaenses pensavam mais no Paraná do que hoje, porque tantos anos se passaram, tantas votações importantes no Congresso Nacional e nada de termos o 3º grau realizado no nosso estado.

Este é um assunto que me trouxe para comentar a respeito da posição dos Senadores - especialmente, meu

Líder do PDT, Luiz Carlos Martins - pessoalmente do Senador Osmar Dias, que conseguiu realmente um tanto muito importante.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados: queria dizer que assuntos caseiros, Deputado Romanelli, Líder do Governo, tem assuntos que tratamos aqui e que eu, pessoalmente, não gostaria de levantar. São assuntos particulares da nossa cidade de Fazenda Rio Grande, mas o Procurador do Estado da Justiça, pasmem os companheiros aqui: ele acha que os Deputados só podem abrir a boca se estiverem na Assembléia, na tribuna, com microfone na frente, se tiver algum Promotor ou Procurador que tire a foto do Parlamentar que aqui está, com 35 anos de mandato e que reconheça que estou na tribuna com o microfone na frente, porque se falarmos na rua, na rádio, ele entende que não existe imunidade pelo que você fala.

Ele está completamente errado, mas ele é Procurador da Justiça e nós somos Parlamentares. Então, faço o jogo deles agora. Tudo o que eu falar na rádio, ou na rua, ou na minha cidade, falo antes na tribuna do povo que é esta tribuna livre.

E assim é que vou dizer que, lamentavelmente, o Secretário da Segurança do Estado ligou para a Delegacia de Polícia que cuida dos menores, SECRI, falando o seguinte: “Olha, você está aí com o Padre pedófilo? Esse Padre tem que ser liberado. Você está com o Soldado da Polícia que prendeu o Padre? Vou mandar prender esse Soldado. Esse Soldado vai ter que ser punido”. Aí o Soldado, desesperadamente, ligou para a nossa rádio e perguntou se ainda ali se encontrava o menor de 8 anos junto com a tia e com a avó. Imediatamente, a nossa emissora encaminhou para o quartel o depoimento da criança e tornou público. A Rádio Banda B deu a notícia, o SBT, a Record, demais rádios deram a notícia: “Lá na Fazenda Rio Grande tem um altar onde o povo ajoelha, comunga. Abaixo do altar um Padre, militante do PT há muitos anos, vinha mandado as crianças ficarem sem roupas, ele tirava a batina, ficava sem roupas e ali era a festa do Padre. Ali aconteciam as maiores barbaridades”.

E o Secretário mandou tirar o Soldado que há 4 meses investigava, pois ele é do serviço de inteligência do 12º Batalhão de Curitiba. O Secretário da Segurança deve ter passado também a notícia e a ordem para a Delegacia de Polícia da Fazenda Rio Grande, quando ali chegou a avó chorando, a criança relatando tudo o que o Padre fazia com ele debaixo do altar.

Agora, tem muito gente que é puxa-saco de Padre. Muitos políticos vivem beijando a mão de Padre, e certamente que alguns talvez até me ouçam aqui: “Mas, o Padre está certo”. Como está certo? O Padre é safado! Mexer com uma criança de 7, 8, 9 anos.

Se ele é homossexual, pegue homens como ele para se divertir, mas não usando criança, não usando criança! O traficante quando vicia uma criança é marginal, o Padre quando vicia uma criança sexualmente é marginal.

Não é porque a igreja católica é poderosa, tem Bispos, que pagam milhões para silenciar, calar a boca da imprensa, calam a boca de todos.

Eu sou católico. Uma avó minha nasceu em Além Paraíba, onde apareceu Nossa Senhora Aparecida; outra minha avó nasceu em Portugal, onde apareceu Nossa Senhora de Fátima. Eu sou católico, mas não posso me acovardar para Padre vagabundo, marginal, safado, que usa, durante 10 anos que ele está ali na paróquia, usa menores. A notícia foi. Saíram os puxa-sacos do Padre e do Prefeito da Fazenda Rio Grande e de outros segmentos, outros candidatos que são incompetentes, acham que só vão se eleger se tiverem o apoio da Igreja. E eu que não tive apoio de Igreja nenhuma, nem Evangélica nem Católica, todos contra mim, inclusive o Governador na Fazenda Rio Grande contra mim, 5 Deputados Federais contra mim, todas as associações de moradores e eu ganhei, fui o mais votado.

Por isto não é um Padre que vai me calar a boca, Deputado Traiano, não é. As coisas correram e soltaram os puxa-sacos do Prefeito, da Polícia Civil lá da Fazenda Rio Grande, o outro candidato que é puxa-saco de Padre, todo mundo na rua defendendo o Padre: "Isto é armação do Cartário. O Cartário que armou". Só que o policial que o Secretário da Segurança mandou prender é do time do Prefeito. No carro dele, Luiz, tem um decalque com o nome de Caio Zatzoski, cunhado do Prefeito; a mulher do policial é funcionária graduada da Prefeitura de Fazenda Rio Grande, e o menor eu não conheço até hoje nem o seu parentesco. Só que esse Padre, é tão safado que procura menores que não têm pai, porque esse menor de 8 anos, o pai dele morreu quando essa criança tinha 2 anos, num acidente na Fazenda Rio Grande.

Então, o Padre busca crianças que não têm pai, porque qualquer cidadão brasileiro que tenha sangue nas veias e que alguém, pode ser Deputado, Senador, Governador, Padre, Bispo, que atende contra uma criança de 7 anos, se ele tiver vergonha na cara ele mata esse Padre ou o Deputado ou o Senador, quem for, porque abusou sexualmente de um menor.

Aí saiu o comentário na cidade - o Cartário. Ora, eu tentei e tento, como todos os Deputados aqui, fortalecer a Polícia Militar, e esse Soldado merece vir a esta Assembléia receber a Honra ao Mérito, porque esse Soldado, sozinho, sem bater em ninguém, investigou e provou.

Minha gente, todos nós tivemos pai. Eu, lamentavelmente, perdi meu pai quando tinha 3 anos de idade, mas não tive Padre para abusar de mim. Mas depois que aconteceu de a imprensa divulgar o que estava divulgando o Bispo lá de São José dos Pinhais, um militante do PT, Dom Ladislau Biernaski, coisa assim, emite uma nota dizendo que houve uma precipitação por parte do Soldado, do policial à paisana que está há 10 anos na função de paisana. As palavras dele foram exatamente as palavras do Secretário da Segurança, na mesma nota! Ora eu sei que o Bispo é amigo do Governador, mas o Gover-

nador não tem compromisso com o Bispo, o Governador e o Secretário da Segurança têm compromisso com a família brasileira, com a família paranaense!

Aí, alguns canais de televisão de Curitiba deram a matéria, assim, meio..., outros: Puxa, isso é coisa de Padre, não me meto. Usou saia, estou fora." Nós não, a Banda B também foi corajosa, deu a notícia, mas chegou em São Paulo, a Rede Record mandou duas equipes para a Fazenda Rio Grande, duas equipes! Ficaram 2 dias na Fazenda Rio Grande, no Domingo Espetacular soltaram a matéria, esta noite reprisaram a matéria e informaram que estavam voltando para a Fazenda Rio Grande, sabem por quê? Porque não têm mais dúvida, porque o Padre Vitalino, após quebrar aquela força que ele tinha que era implantar o medo, quando a notícia começou a ser divulgada, ainda mais a nível de Brasil, a TV Record, começaram a aparecer mães, apareceu um, Deputado Luiz Carlos Martins, que você conhece, lembra daquela panificadora que o dono era candidato a Vereador, o Afonso Fonegran? Você não acredita, o Fonegran era o homem que mais ajudava a Igreja no tempo que esse Padre Vitalino era da Paróquia São Gabriel. O filho dele, hoje tem 18 anos. Quando ele tinha 8 anos, o padre abusou dele também, o filho do Fonegran, que era do PMDB e foi candidato a Vereador pelo PMDB! Político na cidade, nem esse o Padre respeitou! Porque o pai era puxa-saco dele na paróquia, ele angariava dinheiro para festa, só que ele não sabia que o Padre tinha uma chácara dada pelo próprio Prefeito e ali era a orgia! Certamente até com a participação do dinheiro que o pai arrecadava, dava para o Padre e o Padre abusando do filho dele! Esse filho do Fonegran contratou advogado, ontem, deu a procuração e está entrando na Justiça contra o Padre, criminalmente, e contra a Igreja, danos morais!

Concedo o aparte a V. Exa., Deputado Edgar Bueno.

O Sr. Edgar Bueno (PDT)

Deputado Cartário, estou aqui acompanhando a sua luta, enfrentar 5 Deputados Federais, enfrentar um Governador, as Igrejas...

O SR. GERALDO CARTÁRIO (PDT)

Evangélica e católica.

O Sr. Edgar Bueno (PDT)

Pois é, por isso mesmo que eu disse: Igrejas. V. Exa. nos deu a honra de voltar para cá, destemido, lutador, corajoso! Quem faz esse tipo de discurso perde voto, quem faz esse tipo de discurso precisa ser, no mínimo, reconhecido, porque hoje em dia é difícil qualquer político falar qualquer coisa, porque dói no ouvido daqueles a quem as palavras deveriam chegar.

Diante dessa sua luta, da determinação de tantos anos de mandato já conquistado pelo voto do povo, com a confiança do povo, eu fui buscar uma frase do Martin Luther King que eu gostaria de ler para que V. Exa. sint-

se apoiado por todos nós e que este discurso seu, com essa sinceridade, continue, porque é exatamente isso que o político precisa, começar a abrir caminhos e mostrar para o povo qual é o caminho! O político não pode estar apenas navegando por navegar, deixando o barco ir para onde quer o vento. O político tem que ter essa garra, essa perseverança para que os bons exemplos possam ser mostrados. Guarde no seu coração essa frase de Martin Luther King que vou passar a V. Exa.: “A verdadeira medida de um homem não é como ele se comporta nos momentos de conforto e conveniências, mas como ele se mantém em tempos de controvérsias e desafios.” Suas controvérsias, seus desafios, a sua coragem precisa ser ressaltada, aqui. E esta frase expressa bem esse momento que V. Exa. está vivendo.

Obrigado.

O SR. GERALDO CARTÁRIO (PDT)

Fico lisonjeado. Sei que estou muito distante da envergadura do grande líder negro dos Estados Unidos, Martin Luther King, e certamente que não serei assassinado porque sou muito pequeno perto dele. Pelo menos espero.

Agradeço o aparte de V. Exa. e acrescento mais ainda: quando a Fazenda Rio Grande deixou de ter uma administração voltada aos interesses da comunidade e passou para o interesse material, têm acontecido coisas absurdas. Suplente de Vereador mandou matar Vereador lá na cidade e está preso; motorista da empresa de ônibus, o seu Germano, homem querido na cidade, foi assassinado dentro do ônibus. As coisas vêm acontecendo de uma forma que nos preocupa. Nos últimos fins de semana mataram 3 pessoas covardemente. No ano passado 68 pessoas foram assassinadas na Fazenda Rio Grande e o Prefeito diz que está tudo às mil maravilhas!

O Secretário da Segurança, o Dr. Delazari Filho, esteve na cidade de Fazenda Rio Grande há poucos dias e, logicamente, se esperava soluções, porque lá o comércio, tem uma comerciante que tem uma grade de ferro e ela só atende pelo guichê, ela não tem pacote de 5kg de arroz, só tem de 1kg. A pessoa fala e não pode ver o produto. Ela pega da prateleira e vai atender desta forma, porque já foi assaltada mais de 12 vezes. Comerciante tem sido morto.

O Secretário da Segurança foi à Fazenda Rio Grande há pouco tempo atrás, aí os repórteres perguntaram para ele: Secretário, o senhor trouxe algo que traga tranquilidade à população?” Ele respondeu: “Eu vim trazer 30 carteiras de identidade.” Se fôssemos nós, seríamos autuados pelo TRE porque estaríamos tentando comprar votos entregando carteira de identidade. Apenas isso, o Secretário levou 30 carteiras de identidade. Essa é a resposta a uma cidade que este ano teve 29 assassinatos e no ano passado 69. Roubos, assaltos, motorista morto. O Secretário foi com 30 carteiras.

Sr. Presidente, queria dizer que o fato de trazer assuntos que antes não trazia, corriqueiros da cidade, é

para me proteger, porque o Prefeito da Fazenda Rio Grande, com o apoio da Delegacia local, com o apoio do Promotor local, eles entraram com 45 processos contra mim. Nenhum por estupro, nenhum por assalto, apenas porque falo na rádio o que falo aqui.

Obrigado.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Horário das Lideranças. PDT, Bloco PPS/PMN, Bloco PSB.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, uma colocação pelo Bloco do PPS. Gostaria de deixar registrado que, mesmo sendo a Oposição, tenho que dizer que estão judiando do nosso Governador por causa do episódio, da gafe que aconteceu ontem, na “escolinha” do Governador.

Senhoras e senhores, foi apenas uma pegadinha e, como o Governador iria saber que se tratava mesmo de uma pegadinha da Antártica?

Temos que entender que ele ficou preocupado com aquela brincadeira, e é natural. Acredito que as pessoas acabam aprendendo com essas pegadinhas, porque até mesmo o Governador e todos sabemos que mamona não pode ser ingerida porque é venenosa.

Acho que até mesmo as pessoas do Governo não precisam ficar chateadas e nem nervosas com o episódio, mesmo porque se aprende muito com essas pegadinhas. É bom deixar registrado que esse Governo é, sim, o Governo da pizza e do guaraná.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Bloco PSB/PR/PRB/PV, o Pastor Edson Praczyk com a palavra.

Deputado Pastor Edson Praczyk (PRB)

O SR. EDSON PRACZYK

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, imprensa, senhoras e senhores.

Não poderia, nesta tarde, deixar passar em branco o registro do resultado da votação da CCJ, de um projeto de nossa autoria, que já me pronunciei outras vezes, sobre a padronização de documentos.

Para que fique registrado nas notas taquigráficas desta Casa, quero registrar primeiro da minha satisfação desta proposição ter recebido parecer favorável da CCJ, o Projeto nº 203/07, tendo como Relator o Deputado Douglas Fabrício, a quem fiz questão de agradecer pessoalmente, que embora seja um assunto extremamente técnico, e por mais que este Parlamentar tenha tentado simplificar a explicação do mesmo, é uma proposição que é aguardada com muito entusiasmo pela comunidade de

informática, tanto a comunidade que defende a utilização de software livre, como a comunidade de informática internacional.

Diga-se de passagem que a aprovação desse projeto, a transformação do mesmo em lei é aguardada para ser usada como referência para outros estados da nossa federação, porque não dizer ser usado por outros países, uma vez que, literalmente, será um modelo, modelo esse que desencadeará um processo que irá desburocratizar a troca de documentos entre os órgãos públicos e também o setor privado, que vai acabar seguindo esse modelo, que já é sinalizado como preferencial na Europa, por exemplo, e em outros países de primeiro mundo.

Então, o Paraná sai na frente, sai na vanguarda, e por que não dizer, o Brasil, representado por esta Assembleia Legislativa, para, como modelo, servir de motivação para que essa padronização seja acelerada, a adoção desse ODF pelos órgãos governamentais, e aí se inclui os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, em todas as suas esferas, o que proporcionará economia aos cofres públicos e irá desburocratizar quando da necessidade de informações ou troca de informações entre os mais diversos setores.

Então, ocupo o horário do nosso Bloco Suprapartidário, Srs. Deputados, para que fique o registro desta data especial e importante para a comunidade tecnológica do mundo, no qual o Paraná dá a sua parcela de contribuição e isso nos deixa muito felizes.

Reitero o meu agradecimento a toda Comissão de Constituição e Justiça e em especial ao Relator, Deputado Douglas Fabrício, e à comunidade de software ou à comunidade que defende a padronização ou a utilização do padrão ODF mundial, agradeço também!

Muito obrigado, Sr. Presidente! Muito obrigado, Srs. Deputados!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Obrigado V. Exa.!

No horário da Liderança do PP, com a palavra o Deputado Antonio Belinati.

Liderança do PP: Deputado Antonio Belinati

O SR. ANTONIO BELINATI

Nobre Presidente Augustinho Zucchi, componentes da Mesa, Sras. e Srs. Deputados.

Durante muitos anos se adotou uma praxe nas campanhas eleitorais no Brasil, dos candidatos, dos partidos, dos comitês de campanha oferecerem transporte para os eleitores. No dia da eleição era muito comum os candidatos oferecerem transporte dentro do município, até mesmo para levar ou buscar eleitor de municípios muitas vezes até distantes, de olho sempre no voto do eleitor. E foi também praxe por longos anos no Brasil os candidatos poderosos oferecerem mimos, brindes, perfuminho, lembranças, chaveiros, para não falar de candidato que

dava pneu, combustível, mandava retificar o motor do carro do eleitor, candidato ou candidata que oferecia lanche, churrasco, almoço, jantar, banquete para os eleitores, sempre tendo como objetivo a caça ao voto. O candidato estava apenas interessado em caçar o voto dos eleitores e por isso muitos políticos de coração muito frio, desumanos, arrotavam, colocavam a maquiagem no rosto, uma fantasia e se vestiam de pessoas humanas, caridosas e generosas. Tinha eleitor que pegava o presente do candidato e não votava, mas a grande maioria, até por gratidão própria da formação cristã do povo, muitos apostavam que aquela caridade tinha efetivamente a marca de um coração generoso por parte do candidato a Vereador, a Prefeito, a Deputado ou a outros cargos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ao longo da minha carreira de quase 40 anos na vida pública, já cheguei a ver nesta mesma Casa de Leis, candidato tão bonzinho no período pré-eleitoral e que quando colocava o pé aqui, tomava posse do mandato, colocava camisinha de seda, uma cueca engomada e virava as costas para os eleitores. O gabinete sempre fechado e o cidadão - o Parlamentar só voltava a ser bonzinho 4 anos depois, para pescar novamente o voto do nosso povo. Alguns acabavam sendo derrotados e tachavam o povo de ingrato: "Não adianta fazer nada pelo povo, porque está aí!" Não, o povo carrega no coração e na alma sempre o gesto de gratidão. Temos aqui inúmeros parlamentares que não têm Prefeito apoiando a sua carreira política, não têm grupo econômico, temos vários parlamentares aqui que se elegeram pelo prestígio e pela lealdade absoluta ao nosso povo.

Pois bem, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, muita coisa boa já mudou na lei eleitoral, que proíbe agora dar presente para o eleitor, porque muitos políticos davam o presente e depois pegavam em dobro ou até mais do que o dobro, e daí aquela expressão de frustração que até hoje vemos ainda um respaldo por parte dos eleitores que muitas vezes dizem claramente que não confiam no político. Sr. Presidente, se de um lado está proibido dar brinde, dar dinheiro para o eleitor, mas ainda tem uma válvula de escape para enganar o eleitor, que é o chamado banquete caça voto, jantar caça voto, almoço caça voto. Aqui em Santa Felicidade, quando chega a campanha, quem quer come o mês inteiro de graça, almoça e janta de graça, porque tem vários salões em restaurantes ali que não se precisa nem saber quem é o candidato que está oferecendo o banquete.

Estamos falando isso para dizer que duvidamos da sinceridade do candidato que reúne em um jantar 3, 4, ou 5 mil eleitores, dando de comer à vontade, com bebida, refrigerante, cerveja e às vezes até um show, que está meio proibido, mas consegue ludibriar a Justiça Eleitoral. E esses candidatos vão buscar o dinheiro para bancar esses grandes jantares eleitoreiros aonde?

Nos grupos econômicos, na máquina pública, nas empreiteiras que servem o Governo, que servem às prefeituras, cujos empreiteiros lá na frente depois vão buscar

a recompensa, acrescida de juros, de correção monetária e com muita vantagem pelo investimento que fizeram na eleição desse candidato ou daquela candidata. Estamos lembrando esses fatos que ocorrem durante o período eleitoral para fazer um apelo, já que tem pedido até de partido eleitoral, como o PTC, junto ao TRE, junto ao Tribunal Superior Eleitoral para acabar o almoço, o jantar, o churrasco, o lanche, que são uma verdadeira enganação ao nosso pobre eleitorado brasileiro. Tem eleitor mais esperto, mas infelizmente tem uma parte que se ilude quando vai lá e recebe um prato de comida oferecido pelo candidato às vésperas da eleição. Passou a eleição, o candidato eleito muitas vezes dá uma “banana” para o eleitor ou nem “banana” dá, mas sim um pé na bunda do eleitor.

Por isso, Sr. Presidente, estamos hoje ocupando a tribuna para fazer uma torcida e um apelo, fazer com que o nosso pronunciamento chegue até as nossas autoridades eleitorais para que elas coloquem um basta. Não adianta vir com essa história mentirosa e enganosa, porque o candidato está pagando o banquete e distribui uns convites dizendo que é por adesão, que são R\$ 10 ou R\$ 5. É tudo mentira, porque quem vai lá no banquete, está indo de graça e muitas vezes até ofereceram o transporte, foram buscar o eleitor em sua casa. Então, ainda há essa válvula para enganar a Justiça Eleitoral, para enganar os nossos eleitores, porque o ideal seria o político, antes e depois da eleição, ser sempre generoso com o povo e não oferecer comida apenas em troca do voto. Ele não vai lá fazer o discurso no banquete que está dando naquele jantar, porque está querendo trocar pelo voto, mas é uma troca indireta que muitas vezes, inconscientemente, o eleitor acaba caindo na enganação dos maus políticos brasileiros. É uma válvula, Sr. Presidente, que a Justiça Eleitoral tem que proibir para dar clareza, para dar igualdade de disputa para todos os candidatos. Porque se ninguém puder dar brinde para o eleitor, se ninguém puder oferecer jantar eleitoreiro para caçar o voto do eleitor, haverá mais humanidade na disputa, vão se eleger os verdadeiros valores, os verdadeiros líderes, os verdadeiros candidatos e candidatas, que efetivamente, que concretamente tenham bons serviços prestados ao nosso povo, aos nossos eleitores brasileiros, em especial do nosso Paraná.

Por isso, Presidente Nelson Justus, o nosso apelo para que a Justiça Eleitoral coloque um ponto final nessa válvula, volto a repetir, que é a válvula de escape que ainda foi preservada no Brasil, porque o candidato não pode dar óculos, não poder dar remédio, mas ainda ele arruma a escapatória do tal banquete, mentindo, enganando que é por adesão, quando na verdade ele e seu grupo econômico estão patrocinando jantar que custa uma fortuna.

Tem jantar aqui em Curitiba, com 5, 6, 7, 8 mil eleitores num jantar. Eu fico imaginando, Sr. Presidente, qual é o valor do custo de uma noite dessa - e tem candidato que faz isso toda noite - tem candidato que faz dois, três eventos simultâneos, é de segunda a segunda,

porque ele quer apenas o voto do povo. E volto a repetir, eleito ele não dá banana, não dá sanduíche, ele dá as costas para o voto.

Eu já vi no Congresso Nacional onde fui Deputado Federal, já vi gente chegar e dizer: “Eu não tenho compromisso com o povo, porque gastei muito na campanha eleitoral, e quando chegar a próxima campanha, é só eu voltar a gastar mais porque eu vou me eleger novamente.

Não, Sr. Presidente, vamos disciplinar, vamos enquadrar todos os candidatos, para impedir essa compra de votos indireta que é feita de maneira irresponsável, afrontosa contra a dignidade do nosso povo, que é o chamado jantar eleitoreiro promovido pelos candidatos em véspera de eleição.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ainda no Horário das Lideranças: PT. Com a palavra Deputado Elton Welter.

Liderança do PT: Deputado Elton Welter

O SR. ELTON WELTER

Sr. Presidente, este pronunciamento do Deputado Belinati, quero me solidarizar. Acredito que se o TSE tomar essa decisão, certamente haverá uma diminuição dos custos das campanhas. Realmente é uma falácia que se faz em jantares, em muitos casos existe adesão, a gente sabe disso, mas a grande maioria não é adesão nenhuma e teria que achar uma forma de evitar esse excesso. Seu pronunciamento tem o meu apoio, se pudermos fazer um documento para endossar que os Ministros do TSE tomem essa decisão terá o nosso apoio. Obrigado.

Sr. Presidente, quero também nesse horário externar o meu agradecimento em nome do Bloco Agropecuário, em nome dos Deputados Edgar Bueno, Augustinho Zucchi, Luiz Claudio Romanelli, o Deputado Dr. Batista, os Deputados que lá compareceram, o Deputado Pedro Ivo, na reunião do Bloco Agropecuário, para tratar junto com o Superintendente do INCRA daquilo que são os gargalos da reforma agrária no estado. Para buscarmos mediar essa questão junto a fazendeiros e trabalhadores rurais acampados. A reunião foi muito proveitosa, muito produtiva, o Superintendente foi muito claro nas medidas que estão sendo feitas no estado, e o Paraná tem ainda 8 mil famílias em acampamentos. Ele assumiu um compromisso, trará para esta Casa uma proposta de meta de trabalho, pois já existe, operacionalmente, dentro do INCRA.

E este Poder poderá contribuir na mediação para evitar conflitos agrários.

O Deputado Milton Pupio teve uma brilhante participação na Audiência Pública. Ficamos muito gratos com a presença de todos.

Esse papel de mediação que este Poder faz, certamente, ajuda a política pública do estado acerca da reforma agrária.

Também temos aqui um dado muito importante: de 2003 para cá não existe mais assentamento que não tenha casa, rua, energia elétrica e crédito para os agricultores.

Isso já é uma reforma agrária. Na prática, a universalização do acesso ao crédito está sustentando o exôdo rural. Isso é fantástico, do ponto de vista público. E o próprio testemunho do Deputado Augustinho Zucchi na reunião de hoje de manhã foi muito importante.

A diminuição do exôdo rural é em função da universalização do acesso ao crédito, via PRONAF, Pronafinho, Fundo de Aval, Luz Para Todos, garantindo que o pequeno agricultor fique na propriedade.

Por isso, a reforma agrária está acontecendo. O que precisamos é avançar na mediação de conflitos e tirar impasses, como as TDAs. Porque o pagamento das TDAs são em 5 anos, mas surgiu a proposta, e este Poder vai levar ao Governo Federal, para diminuirmos para 3 anos.

Outra proposta que surgiu e que é muito importante, que metade sejam pagos em TDAs e a outra metade em dinheiro. Foi sugestão do próprio Superintendente.

E o Paraná, que é o maior produtor agropecuário, pode contribuir para diminuir conflitos agrários.

Concedo um aparte ao Deputado Edgar Bueno.

O Sr. Edgar Bueno (PDT)

Primeiramente quero cumprimentá-lo por trazer aqui o Superintendente do INCRA para tratar desse assunto polêmico, complicado, difícil, principalmente na região oeste do Paraná.

V. Exa. viu os grandes conflitos que enfrentamos nos últimos dias. Aproveitamos para chamar a atenção do Governador Roberto Requião, que jogou muito frouxo, deixou que as coisas crescessem. Até, em certos momentos, incentivou as pessoas para que fizessem esse conflito.

Então, esse encontro de hoje manhã, com a presença de vários Deputados, inclusive o mais destacado foi o Líder do Governo, e ele pode ajudar muito nessa causa, foi muito produtivo.

Queremos apoiar essas causas. Somos a favor da reforma agrária.

V. Exa. sabe o quanto apoiei as pessoas que estavam acampadas, com escolas, matérias escolares, saúde, remédios, estradas, com sementes, para que essas pessoas, depois que colhessem, pudessem devolver para a Prefeitura Municipal.

Não podemos permitir que esses conflitos continuem. E vi uma boa intenção do INCRA.

Vamos nos colocar à disposição para apoiar politicamente, também para mudar algumas questões, como as TDAs, que hoje demora 5 anos para quitar o agricultor desapropriado ou aquele que vende sua propriedade, para que parte desse dinheiro seja repassado ao proprietário imediatamente, no ato do negócio ou da desapropriação, e que se baixem as TDAs de 5 anos para 4 anos.

Essa é uma proposta que deve ir para o Presidente Lula, que queremos apoiar. Vamos pedir para a Bancada do PDT, não só da Câmara, mas também do Senador

Osmar Dias, para que apoiem esta Casa para que possamos diminuir os conflitos, que o INCRA possa fazer um trabalho mais eficiente e que possamos levar o agricultor para produzir lá na terra.

Uma coisa ficou clara na discussão de hoje de manhã: se não arrumarmos uma condição de sobrevivência digna, esse pequenos agricultor que está assentado hoje, será amanhã um sem-terra, novamente, porque não conseguiu sobreviver.

Parabéns pela sua iniciativa e parabéns também ao INCRA por estar aberto a esse tipo de diálogo.

O SR. ELTON WELTER (PT)

Obrigado pelo aparte!

O Superintendente assumiu o compromisso. Virá a esta Casa, ainda neste ano, com uma proposta concreta para que haja ação das forças políticas para pleitearmos a mudança do pagamento das TDAs, na proposta feita pelo Deputado Edgar Bueno; propostas concretas para trabalhar com o ITCG - Instituto de Terras, que foi criado para ajudar na articulação, junto do Governo do Estado e também da SEAB, para dar celeridade às vistorias e fazer com que possamos avançar, de fato, na reforma agrária no estado do Paraná.

Eu já disse que no Paraná e no país não se faz mais assentamento sem dar condições para o pequeno agricultor assentado, que ele tenha energia elétrica, uma casa boa, assistência técnica e crédito. Isso tem feito com que não haja mais evasão daqueles que são assentados. Hoje, o número das pessoas que são assentadas é menos de 5% daqueles que vão para os assentamentos e saem de lá depois. Isso é significativo, um índice pequeno e faz com que este Governo tenha credibilidade para fazer a reforma agrária, tanto é que vem discutir, aqui no Parlamento, e se coloca à disposição para tentarmos fazer com que os assentamentos ocorram no estado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, na próxima Sessão vou falar sobre o balanço do PAC. O balanço do PAC mostra que o país, realmente, tem um planejamento extraordinário no sentido de criar condições para suporte de infra-estrutura, seja o investimento nos portos, nos aeroportos, nas rodovias, nas ferrovias. Esse programa de aceleração é muito sério. A cada 4 meses tem o seu balanço e os indicadores são os melhores possíveis. Tem pequenos impasses. Muitas vezes, o Tribunal de Contas da União tem questionado questões meramente formais, que faz parte daquele espaço de fiscalização, mas a economia do país, certamente, vai crescer a passos largos. Os investimentos e o resgate de recursos do BNDES são os maiores das últimas décadas e isso vai fazer com que haja crescimento, de fato.

Na próxima Sessão, no Horário das Lideranças, faremos um pronunciamento dando os dados concretos acerca do sucesso que está sendo o programa de aceleração do crescimento. Um dado real acerca de energia elétrica é que a demanda por energia elétrica subiu, no último ano, na proporção de 8,6% da demanda. De

acordo com este relatório, o crescimento da economia, deste ano, será acima de 5% e a distribuição de renda e riqueza também. Certamente, significa que o poder de consumo do povo continuará aumentando a essa roda da economia vai movimentar mais e mais riquezas no país, fazendo com que o país passe à condição de ser um país, realmente, de primeiro mundo, quem sabe daqui a 10, 15 anos, porque nesse ritmo faremos com que as desigualdades diminuam significativamente, ano a ano. É o que está acontecendo e nada mais do que um plano de aceleração que dê condições para o país crescer, cada vez mais, sem ter os problemas de infra-estrutura.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Consulto à Liderança do PSDB. Com a palavra o Deputado Valdir Rossoni.

Liderança do PSDB: Deputado Valdir Rossoni

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente Nelson Justus, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

Hoje, eu queria um descanso, Deputados Luiz Carlos Martins e Rangel, mas não posso deixar esta oportunidade de me somar, pelo menos uma vez, ao Governador.

Acredito que tem um projeto na pauta, que ontem foi votado favorável. Por que favorável? Porque é a criação de um fundo rotativo para os DETRANs. Ele é bom porque desburocratiza a máquina pública. O DETRAN, se tiver que trocar uma torneira lá no interior, com este fundo terá os recursos para fazer essa pequena manutenção. Então, Deputado Luiz Carlos, já sou favorável a um projeto do Governador.

Segundo, aproveito a presença do Diretor da SANE-PAR que está aqui e leve essa mensagem, porque é favorável ao meio ambiente. Quero me somar ao Governador, ontem, na questão da “escolinha”, na luta que ele começou no Paraná pela não venda da Amazônia. Não posso deixar uma oportunidade como essa, pela a iniciativa do Governador - é uma pena - que tem sempre boa intenção e é válida. Mas é uma pena lastimável, que a péssima assessoria do Governador o induza a um erro grotesco.

Aí vem a avaliação do fato que ocorreu - não quero ser sarcástico no assunto - mas veja, Deputado Dobrandino, o que a péssima assessoria leva um Governador a cometer um equívoco tão grande, igual ao Senador da República do meu partido cometeu há 6 meses atrás, usando uma propaganda da Amazônia, de uma indústria de guaraná, se não me falha a memória, e induzir o Governador ao erro brutal. Por esta razão, quero dizer aqui que alertamos o Governador, porque são nesses pequenos fatos que trazem prejuízo para o estado que temos que nos ater à tamanha incompetência desse Governo, porque o levam a cometer erros.

O segundo assunto, ontem, fui procurado aqui por um Conselheiro do Tribunal de Contas, Dr. Fernando, eu o conheço e, é claro que ele tem importância, conversei com ele por duas vezes, o dia em que ele esteve nesta Casa pedindo voto para ser Conselheiro e em um determinado dia, nas poucas vezes que vou ao Tribunal de Contas, o encontrei saindo. Ontem, ele chegou correndo aqui querendo falar comigo - eu não tinha perdido o meu tempo em assistir à noite a “escolinha”, aquela aula cultural que teve ontem, principalmente a questão da Amazônia.

Não assisti a “escolinha” e soube que o Governador disse o seguinte: que o Dr. Fernando levou as informações a esta Oposição corrupta.

Não sabia, fiquei sabendo, me assuta o Governador ameaçar o Conselheiro do Tribunal de Contas. A que grau chegamos de insensatez, de acusar um Conselheiro do Tribunal de Contas que eu certamente não tenho um grau de amizade. Tenho lá muitos amigos, mas o Dr. Fernando não conheço. Acho até que ele poderia ser acusado de omissão, mas não de entregar para a Oposição, porque tenho certeza que ele tem muito para entregar para a Oposição. Só não entregou!

Então, não existe este fato que tanto preocupou o Governador, inclusive em intimidar o Conselheiro. Não sei porquê ele se intimida, porque não há necessidade. Espero que na hora que o Governador o agredir, ele se agigante, mostre a sua autoridade.

Quanto à consideração que o Governador fez à Oposição e tenho certeza que ele ao falar olhou a minha fotografia, quero dizer o seguinte: ficarei, Deputado Rangel, muito decepcionado na terça-feira que eu for aplaudido na “escolinha”. Aí é porque não estou fazendo o meu papel bem feito. Quero ser criticado pelo Governador, até para que eu corrija os meus erros, quero ser vaiado pela “escolinha”, porque lá estamos pagando o salário daqueles servidores, todos cargos de confiança. Eles têm que aplaudir o chefe, porque senão o ato de exoneração sai. E quando digo que o ato de exoneração acontece, cito alguns fatos: o Diretor do porto de Paranaguá trouxe aqui as denúncias do porto. O que aconteceu? Foi demitido. Não aplaudiu na “escolinha” - demissão. A Turra fez denúncias da SEAB, o que aconteceu? Foi demitida.

Então, quero dizer aqui, e claro que os Parlamentares não precisam se servir de recadeiros, mas quero deixar uma posição bem clara. Ficarei decepcionado o dia que for aplaudido na “escolinha”.

O dia que vier crítica do Governador, primeiro, por falar em corrupto, como vai o seu Governo? Vai bem, obrigado? Esta é a pergunta que ele tem que fazer para ele mesmo.

Ao invés de agredir o Conselheiro do Tribunal de Contas, a Instituição, os Deputados, não existe democracia sem oposição. Tenho dito ao Líder do Governo; aos Parlamentares do Governo, que se nós Deputados de Oposição - e que quero aqui agradecer a todos os Parla-

mentares que fazem a Oposição corajosa, nós é que damos o sabor da democracia neste estado.

A população está feliz com o nosso trabalho, sinto isso na rua. Sinto isso ao encontrar as pessoas que acompanham a política. Por esta razão não queiram eliminar ou intimidar a Oposição, porque isto não vai acontecer. E espero, mais do que nunca, que o Tribunal de Contas dê uma resposta com a autoridade que tem, porque se o Conselheiro Fernando tivesse trazido irregularidades do Governo, que é a sua obrigação, porque o Tribunal de Contas é um órgão subordinado desta Casa, ele não teria cometido nenhum crime, ele teria cumprido sua obrigação constitucional, não teria feito nenhum ato de bravura.

Agora, acusá-lo, intimidá-lo como foi feito ontem na “escolinha”!

Deputado Traiano, V. Exa. que é meu amigo de lutas, vitórias e derrotas, como muitos amigos aqui que temos, até pela convivência, inclusive Parlamentares do Governo que temos um bom relacionamento, vou me sentir derrotado se um dia for aplaudido pelos servidores, que merecem o meu respeito naquela “escolinha”, porque daí a Oposição está trabalhando errado. A hora que fomos aplaudidos lá, estamos errados. O sinal de ontem só engrandece a Oposição. Quanto à corrupção da Oposição, quero dizer ao Governador a mesma resposta que dei aqui ao Líder do Governo outro dia - se é que podemos fazer alguma coisa, Deputado Luiz Carlos, nós que somos da Oposição, existem algumas pessoas que gozavam da confiança do Governo Jaime Lerner - e não vou citar nomes para não ser inconveniente - existem algumas pessoas que hoje estão governando o Paraná, como governaram o Paraná junto com o Governador Jaime Lerner, que estão credenciadas e com muito mais credibilidade para explicar os atos do Governo anterior.

O Sr. Ademar Traiano (PSDB)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Valdir Rossoni, V. Exa., na verdade, é um guerreiro aqui nesta Casa, levantando a sua voz de uma forma intransigente, com uma determinação e uma garra que lhe é peculiar, em defesa dos interesses do estado e na fiscalização vigilante das questões do estado do Paraná. E eu lamento, realmente, o comportamento do Governador Roberto Requião e tive a oportunidade de ler os jornais de hoje, quando ele referiu-se, entre as acusações que fez, ao ex-Governador Jaime Lerner, onde ele afirmava que parte da quadrilha que assaltou o Paraná, que pertenceu ao Governador Jaime Lerner, estava aqui na Assembléia. Ele não citou quem são aqueles que faziam parte da quadrilha, mas é oportuno lembrar que a grande maioria curta, Deputado Valdir Rossoni, é oportuno lembrar que a grande maioria daqueles que faziam parte do grupo do Jaime Lerner aqui nesta Casa estão sentados do lado de lá, apoiando o Governo Roberto Requião, e eu entendo que esses Parlamentares são dignos, honrados, não merecem este tipo de acusação vinda

de um Governador, como muito bem V. Exa. acabou de afirmar. Temos Parlamentares fazendo parte do Governo Roberto Requião e que, com certeza, foram taxados pelo Governador Roberto Requião como membros de quadrilha.

Isto é lamentável! Não podemos conceber e permitir.

Parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Agradeço, Deputado Traiano, a sua solidariedade e quero apenas fazer um alerta aos Parlamentares desta Casa que hoje não são considerados da quadrilha: é porque V. Exas. estão aplaudindo na “escolinha”. E aqueles que estão a caminho para ir aplaudir na “escolinha” também não farão parte da quadrilha.

Quero dizer o seguinte: intimamente, e a minha razão me diz que eu não faço parte de quadrilha nenhuma, vou continuar meu trabalho - Aplaudir os erros deste Governo, jamais; aplaudir os atos de corrupção, jamais; aplaudir a falta de transparência deste Governo, jamais.

Por isso, quero dizer aos meus companheiros de Oposição: vamos cada um dar um pouquinho de contribuição do nosso sacrifício a este estado, fazendo o que estamos fazendo. Não é uma reunião aqui ou acolá que vai atrapalhar esta, considero, minguada Oposição, mas forte, valente, corajosa, com caráter, com determinação. Por esta razão - ou na Liderança da Oposição ou no anonimato de qualquer cargo, quero dizer que sou um soldado da causa paranaense e de um Governo tão ruim como este que se ocupa da televisão pública, proibida pelo Judiciário, proibida, espero que o Judiciário tome uma atitude - proibida pelo Judiciário, usa do nosso dinheiro, põe a mão no seu bolso, Deputado Praczyk, paga a televisão com o dinheiro seu; quando digo seu, de todos os paranaenses, para agredir a Oposição. Se fosse agressão apenas à Oposição, até poderia ser levado a sério, mas não é à Oposição, não é, não é, Deputado Luiz Carlos. Toda terça-feira tem alguém que é vítima deste linguajar agressivo, tão agressivo e não vejo a mesma agressividade agora que o Botto de Lacerda fez com que ele se escondesse embaixo da cama. Não vi essa agressividade! Por que ele não veio dar uma coletiva para todos os paranaenses para dizer: “Ora, esse Botto está mentindo, não sou omissa, no meu Governo não tem corrupção.” Ou se é omissa diga por que, está com medo de quem? Está com medo de quem?

Outra questão que me deixa intrigado é interpretar os fatos, hora usam o nome de um Conselheiro do Tribunal de Contas que levou um dossiê ao Governador, o mapa do crime, entregou ao Governador e ninguém veio dizer se é verdade ou mentira, nem o Conselheiro, nem o Governador! Tudo que dizem que está nesse relatório são os famigerados factóides, classificados aqui por alguns parlamentares do Governo, os factóides que vêm sendo levantados pelos Deputados de Oposição! Agora eu per-

gunto: É faca no peito, na garganta, por que se cala, continua omissa?

Estou sim fazendo uma provocação para ver se ressuscito o homem corajoso, porque não é possível que ele fique prisioneiro dessa situação, não é possível que ele vá se omitir em responder à população paranaense! Ele está com medo do que? Essa é a pergunta que não quer calar dentro de mim! Relutei para fazer este pronunciamento, mas quem é dos parlamentares, quem é dos órgãos de imprensa, quem é o paranaense que tem conhecimento da política que não está perguntando a si próprio: “Por que apareceu esse dossiê?”

Tudo o que estamos falando é o mesmo relato, mas por que o Governador se omite, o seu próprio Procurador diz isso! São perguntas que alguém há de responder, o tempo vai responder, mas seria muito melhor para o exercício da democracia, da política, seria muito melhor que estas explicações viessem muito antes.

Com o aparte o Deputado Douglas.

O Sr. Douglas Fabrício (PPS)

Nobre Deputado Rossoni, fico imaginando o que pensa o Governador Roberto Requião. Um dia desses eu fiquei sabendo que saiu uma pesquisa sobre o seu Governo, como está o atual Governo. E ouvi dizer que as notícias não foram nada boas para o Chefe do Executivo Estadual. Aí ele começou estes ataques, ataca o Ministério Público, ataca a imprensa, ataca o Tribunal de Contas e vai atacando, e agora vem atacar a Oposição. Todos esses órgãos que ele tem atacado é porque procuraram fazer um bom trabalho para defender a população, todos eles! Se está atacando a Oposição significa que a Oposição está fazendo um bom trabalho, está fazendo aquilo que tem de fazer, que é defender os interesses da população. Então, temos que ficar agradecidos dele estar atacando a Oposição, significa que estamos fazendo um bom trabalho!

Pelo que se consegue perceber, acho que o Governador está perdido e o que é pior, muitas das informações que chegam para a Oposição, Deputado Rossoni, chegam da sua equipe, chegam de quem está trabalhando com ele...

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

É autofagia!

O Sr. Douglas Fabrício (PPS)

É, então o tiro está saindo do navio e é aquela história: o navio está cada vez mais tendo furos! Todo mundo sabe o que acontece com um navio em alto mar quando começa a ter furo!

Era essa a reflexão que eu queria fazer e parabenizá-lo pelo seu pronunciamento.

Obrigado.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Agradeço, Deputado Douglas.

Quero ressaltar, Deputados de Oposição, vamos ter o cuidado para que não semeiem a discórdia entre os Parlamentares de Oposição. Vamos procurar justificar quando não assinar uma CPI, quando tomar determinada atitude porque aconteceu algo errado que você não concordou. Não justifica! O interesse do Paraná é muito maior do que qualquer reunião errada que tenha sido marcada pela Oposição, não pela oposição por um determinado Líder que não quero aqui fazer avaliação da importância que tem esse Líder. Isto é importante. Vamos ter este cuidado neste momento, não prestar um serviço ao desgoverno, vamos prestar um serviço à democracia.

Deputado Romanelli, V. Exa. sabe o que penso da pessoa do Governador, da pessoa, do Governo, penso totalmente diferente. As poucas vezes que conversei com o Governador, uma das coisas que sempre gostei do Governador, e V. Exa. pode até achar que não é verdade, sempre foi a indignação do Governador. Ele é um homem que não aceita determinadas coisas e não estou vendo esta indignação no Governador. Então, peça ao Governador, se V. Exa. puder fazer esse favor à Oposição, que não é nada pessoal, do Líder da Oposição, não é nada pessoal de nenhum Parlamentar. Todos tem carinho pelo Governador, porque ele mereceu o voto dos paranaenses. Agora, entre ter carinho pelo Governador e se concordar com os erros, está muito longe deste Líder, deste Parlamentar humilde, deste Parlamentar cheio de erros de imperfeições, mas longe de concordar com o que está acontecendo no Paraná neste momento. Espero que V. Exa. me compreenda e não leve pelo lado como levou outro dia, leve pelo lado bom, pelo lado positivo, pelo lado do ser humano, pelo lado de que nós queremos construir sim um bom Paraná, o Paraná que os paranaenses esperam de nós.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No horário da liderança do PMDB concedo a palavra ao Sr. Luiz Claudio Romanelli.

Liderança do PMDB: Deputado Luiz Claudio Romanelli

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados.

Deputado Valdir Rossoni, gosto de vê-lo na tribuna desta forma, neste tom, com esta coerência, porque é assim que se constrói um debate político com aquilo que na minha avaliação - e penso eu nesta Casa todos nós - temos como fundamental. Queria dizer que ontem a Comissão Especial que investiga as concessões rodoviárias, o famoso pedágio, reuniu-se no mesmo horário da Sessão desta Casa e eu lamentavelmente, Deputado Douglas, não pude participar como V. Exa. Só os integrantes que tinham compromisso regimental de participar daquela reunião, que ouviu aqui o representante das concessionárias o Sr. João Cheminazzo Neto. Tinha aqui 11

perguntas para fazer ao Sr. João Cheminazzo, mas não pude fazê-las por conta que não estava presente a Comissão.

Sr. Presidente, penso que este tema do pedágio é um tema que falo dele hoje e falo no horário da liderança do meu Partido PMDB, falo mais como Deputado do PMDB e menos como Líder do Governo para ser coerente. Porque desta tribuna, aqui, defendi que nós não podíamos criar pedágio no Paraná. Fui um Parlamentar, que votou contra. O Deputado Douglas e o Deputado Rossoni sabem disso, que votei contra, defendi que não podíamos criar o pedágio, O pedágio na verdade, da forma como estava sendo criado seria, extremamente, oneroso à economia paranaense. O resultado está aí, por conta desse procedimento licitatório, que o Governo Federal realizou e mostra de fato a profunda disparidade.

Mas, tem algumas perguntas que gostaria de fazer a ABCR. Como esta tribuna é o espaço democrático que temos, vou ter as perguntas, Deputado Mamede e Deputado Dobrandino, para ver se a ABCR responde para que possamos ouvir uma explicação plausível. V. Exas. vai escutarão às perguntas que vou formular.

(Lê):

“1. Quais foram as justificativas para as concessionárias aumentarem a TIR (Taxa Interna de Retorno) quando assinaram os Termos Aditivos de 2000 e 2002?

2. Já é praticamente consenso que as tarifas praticadas pelas concessionárias paranaenses são altas; sendo assim, por quê as concessionárias pretendem solicitar reajuste em novembro de 2007?

3. Qual a explicação para variação do custo de construção do contorno de Mandaguari, tendo em vista que na proposta comercial era previsto R\$ 25.198.320,00; no Termo Aditivo 2000/2002 passou para R\$ 11.180.339,70; e atualmente foi solicitada a aprovação de um projeto no valor de R\$ 32.296.038,67 (valores referidos à janeiro de 1997 - quadro anexo);

4. Considerando que atualmente a qualidade de pessoal administrativo das concessionárias é menor que o previsto na proposta comercial, por quê isto não é levado à modicidade de tarifa?

5. Por quê os custos de administração, operação e conservação, bem como os de obras (que estão acima de mercado) não são reduzidos no fluxo de caixa, proporcionando e diminuição nas tarifas?

6. Tendo em vista o exemplo das recentes concessões federais, onde a TIR prevista no edital era de 8,95%, e ainda assim houve desconto de até 65%, qual a possibilidade de as concessionárias do Paraná reduzirem sua TIR de cerca de 18/20%, para os percentuais de 8.95%?

7. Qual a explicação para a composição do lote 5 (RODONORTE) refletir no 1º ano de sua formação exatamente as 1ª, 2ª e 3ª empresas classificadas na respectiva licitação? E para situação semelhante em outros lotes?

8. Qual a explicação para que os custos das obras, quando da solicitação de aprovação de projetos encareçam substancialmente, em relação aos Termos Aditivos

2000/2002, podendo gerar pedidos de desequilíbrio para aumento de tarifa?

9. Já que o Presidente da ABCR (Chiminazzo) disse que a Taxa Interna de Retorno (TIR) não tem relação com o lucro, perguntamos se as concessionárias aceitam equilibrar os contratos com um terço das taxas atuais?

10. O Presidente Chiminazzo informou no depoimento à CEI que os contratos podem ser revistos desde que as alterações sejam satisfatórias para o Governo e para as concessionárias. Já que o Governo representa o povo, o que ele acharia satisfatório para o usuário?

11. Considerando as tarifas altas como estão, pergunta-se:

- Qual a justificativa para transferir a obra do contorno de Londrina do ano de 1998 para 2020 (22 anos de postergação)?

- Como se justifica a exclusão do Contorno de Ponta Grossa da relação de obras a construir pela Concessionária RODONORTE?”

Então, na verdade, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, qualquer dúvida o Sr. Chiminazzo pode ligar para o meu gabinete no telefone 3350-4120 ou pode ligar para o meu celular 9997-5115, pode passar um e-mail para l Luizromanelli@alep.pr.gov.br e pode informar respondendo esse questionário. E pediria que as notas taquigráficas pudessem ser encaminhadas ao Sr. Chiminazzo, que representa a ABCR, para que eles pudessem responder. Reconheço que não pude estar presente ontem na reunião da CEI.

Passa a usar o horário da Liderança do Governo

Concedo um aparte ao Deputado Péricles.

O Sr. Péricles de Mello (PT)

Acho muito importante o seu pronunciamento, Deputado Romanelli, e ontem questionei representantes das concessionárias sobre esse conceito de equilíbrio econômico e financeiro dos contratos. Agora, com todas as questões que o Deputado Romanelli colocou, acho que temos que tomar uma decisão nesta Casa.

A Comissão da qual faço parte encerrou os seus trabalhos, o Deputado Plauto é o Relator e vai apresentar o relatório e a Comissão de Fiscalização da Assembléia vai continuar investigando. Mas, quero perguntar ao senhor, Deputado Romanelli, se com todas as questões que o senhor levantou, o senhor acho que a única alternativa que dispomos é a negociação com as concessionárias?

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Olha, Exa., quero dizer que penso que nesta altura do campeonato temos que reconhecer que o Governo do Estado já buscou a tutela jurisdicional em mais de 40 ações judiciais. Muitos Parlamentares aqui participaram

daquele encontro com os membros da Procuradoria do Estado, que coordena as ações judiciais, e um dos Procuradores que coordena esse trabalho pessoalmente é muito cético em relação às ações judiciais. Há uma blindagem feita e já fiz essa consideração, eles contrataram os melhores administrativos e temos que reconhecer que eles têm tido grandes vitórias na Justiça Federal, não na Justiça Estadual, porque aqui temos algumas decisões contrárias, mas há na Justiça um ânimo muito grande e recentemente um Juiz Federal, em Jacarezinho, tomou uma decisão a favor dos usuários. O que aconteceu? O que aconteceu? Ganhamos em Porto Alegre. Nós ganhamos e perdemos em Porto Alegre.

Concedo um aparte ao Deputado Mamede.

O Sr. Mamede (PMDB)

Em Jacarezinho, já expliquei para a Prefeita que ela podia desapropriar e abrir a estrada, porque o único lugar no Paraná em que foi fechado o pedágio foi em Cambará. Tem que saber fazer as coisas e o próximo Prefeito que ganhar em Jacarezinho, vou ajudar a fechar aquele pedágio que é o mais caro do Paraná, que cobra R\$ 9,00.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

É isso mesmo Mamede! O Mamede conseguiu fechar o pedágio de Cambará. Isso é um fato histórico e único no estado do Paraná, porque foi o único que conseguiu fechar um pedágio. Acabou o pedágio de Cambará e foi lá para a divisa de São Paulo e Paraná.

Concedo um aparte ao Deputado Plauto.

O Sr. Plauto Miró (Partido Democratas)

Deputado Romanelli, é uma questão que já faz parte da história. Dez anos de concessões no estado do Paraná, foi elaborado um edital de licitação, empresas venceram essa licitação, algum tempo depois o processo e o período eleitoral surgiu, medidas foram tomadas pelo Governo anterior reduzindo o valor da tarifa do pedágio, as concessionárias ingressaram na Justiça e conseguiram repor essas tarifas dentro de uma negociação que postergou e cancelou muitas obras no estado do Paraná. O senhor falou em mais de 40, mas na verdade foram 52 ações que as entidades representativas e Governo do Estado geraram contra as concessionárias. Deputado Romanelli, perderam todas! É um contrato perfeito que foi assinado, ele é inviolável e a Justiça tem dado os despachos e sentenças a favor das concessionárias. As concessionárias geraram 50 ações contra o estado e são ações de indenizações. Sempre digo que essas ações, vão, no futuro, gerar uma nova central do Paraná, que um dia será pago com precatório, de uma forma ou de outra.

Então, a solução do pedágio é o diálogo. Não tem outra forma, Deputado Romanelli! É tentar o diálogo, conversar, ajustar, discutir a TID, ver formas para poder diminuir o valor dessa tarifa. Outra forma não tem! O Mamede vai fechar lá quando for Prefeito, mas a Justiça

vai mandar abrir. E aí, o que será feito? É uma questão que tem que ser discutida.

Então, tem toda uma situação dentro do estado do Paraná que, por mais de 50 vezes, o Governo e entidades tentaram e perderam. Quem está perdendo com isso, Srs. Deputados e Presidente? O povo, que continua pagando uma tarifa cara no estado do Paraná. No diálogo tem que tentar encontrar a tarifa justa. E o que é justo? Justo para o usuário e justo para a concessionária, pelos trabalhos que elas prestam nas rodovias.

Então, a solução é o diálogo. Não existe outra saída e espero que o Governo do Estado e as concessionárias sentem para discutir toda essa situação, porque de outra forma vai acabar o segundo Governo do Requião e o preço vai continuar com está, porque à força, infelizmente, não é possível.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Agradeço, Deputado Plauto, pelo aparte e quero dizer que concordo em parte com V. Exa. Acho que seguramente formos derrotados de forma fragorosa na Justiça. Nós perdemos tudo!

Concedo um aparte ao Deputado Artagão.

O Sr. Artagão Júnior (PMDB)

Deputado Romanelli, V. Exa. bem sabe, como nosso Líder, e os demais Parlamentares também, que a Comissão de Fiscalização desta Casa foi provocada pelo Governador do Estado. O Governador Roberto Requião, há duas semanas, para promover a intermediação na busca de um entendimento entre o estado do Paraná e as concessionárias de pedágio face a toda essa nova situação que nos deparamos, num entendimento entre os Deputados desta Casa, aguardamos a finalização dos trabalhos da Comissão Especial de Investigação, cujo Relator é o Deputado Plauto Miró, estará finalizando o seu relatório conforme havia antecipado durante esta semana, e na semana que vem a Comissão de Fiscalização dará prosseguimento aos trabalhos desta Casa.

Quero antecipar que, como Presidente, e já pela deliberação dos Pares da Comissão de Fiscalização, conversamos nesta manhã com o nosso Secretário dos Transportes, Dr. Rogério Tizzot, na data que entendermos ideal, a Secretaria dos Transportes virá a esta Casa numa Audiência Pública apresentar aquilo que ela identifica como problema, mas já em busca, Deputado Péricles, de um entendimento, uma proposta de reequilíbrio do contrato, e o reequilíbrio significa obras a serem realizadas, obras suprimidas, aumento e baixa de tarifas a fim de que possamos buscar esse entendimento.

Então, a Comissão de Fiscalização, por provocação do Governador do Estado e por sentirmos também que esta é a vontade do povo do estado do Paraná, e temos sentido também a sensibilidade das concessionárias através do trabalho que a Comissão Especial desenvolveu, estará fazendo essa intermediação, dando continuidade ao trabalho da comissão na representação

desta Casa, mas acima de tudo na busca do interesse do estado do Paraná, que é sem dúvida alguma a redução das tarifas do pedágio e a manutenção dos serviços necessários com qualidade e eficiência, que sem dúvida alguma é isso que o usuário precisa.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Agradeço o Deputado Artagão. É uma tarefa grande que tem pela frente.

Concedo um aparte ao Deputado Augustinho Zucchi.

O Sr. Augustinho Zucchi (PDT)

Deputado Romanelli, eu sigo o Regimento, esgotei o seu tempo e eu abro mão.

Obrigado.

O Sr. Cleiton Kielese (PMDB)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Deputado Romanelli, Deputados e Deputadas, Presidente Nelson Justus, nós, a partir de ontem, com a reunião com o Presidente e o Diretor Geral que coordena a Associação das Concessionárias, aonde o Deputado Plauto, o Deputado Fábio Camargo, Deputado Fernando Carli, Deputado Edgar Bueno, Deputado Péricles, presenciaram talvez uma das melhores reuniões que nós poderíamos ter feito com esse assunto chamado pedágio. Saímos com 3 decisões já tomadas, e repasso a todos os Deputados que foram quase duas horas e meia de discussões, aonde o Presidente da Associação já está contatando, que já fizemos contato pela parte da manhã com o DER, para que na próxima semana nós tenhamos o nome da primeira concessionária que estará aqui na Assembleia, discutindo o assunto em paralelo com os assuntos pertinentes à redução das tarifas de pedágio, juntamente com o reinício das obras pertinentes também ao contrato original, mas com uma informação preliminar do DER, cheguei há poucos momentos de uma conversa com o Secretário Rogério Tizzot, e estamos visualizando, Deputado Romanelli, um momento ímpar nessa questão de um consenso nacional.

Contamos com o Rio Grande do Sul, com São Paulo, todos os Deputados desses estados estão também trabalhando em sintonia com a ação que estamos fazendo, não só da CEI, mas desse movimento que o PMDB está coordenando com o Doático Santos de um Seminário Nacional para discutir quanto que pesa na economia nacional o pedágio, e no nosso caso a economia estadual.

Queria só frisar que está bem avançada a conversa, confirmamos como Governador logo após também essa Audiência que foi muito proveitosa ontem, o próprio Presidente, o João Chiminazzo, afirmou que todas as concessionárias estarão presentes aqui. E como o senhor também tem encaminhado, não só o pedido paralelo, caso não ocorresse este tipo de ação das próprias concessionárias,

que a Assembleia instalaria uma CPI no sentido de trazeremos as concessionárias à pauta para discutirmos uma maneira judicial, jurídica ou política se fosse o caso.

Por isso, queremos agradecer todos os Deputados que participaram ontem. Dizer também que é muito importante a presença de todas as comissões desta Casa, porque os 54 Deputados, unanimemente, têm a consciência que este avanço na conversa e no equilíbrio financeiro são necessários.

Quero agradecer o aparte e dizer que já estamos encaminhando, em consonância também com o Governador Roberto Requião, que deu o aval ontem à noite em sua residência, para que continuemos com a CEI, juntamente com os Deputados que lá estão, e que não venhamos a perder essa sintonia, pois foi feita de maneira muito clara com os Diretores do DER e com as empresas que coordenam as concessionárias do estado do Paraná.

Muito obrigado!

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Agradeço o Deputado Cleiton Kielese, penso que a Comissão avançou muito. E o Deputado Artagão, como Presidente da Comissão de Fiscalização, tem uma tarefa muito importante, porque é necessário não só conversar com representantes, mas com os donos das empresas concessionárias.

Sou favorável ao diálogo. O caminho da justiça nos levará, seguramente, à derrota. Mas é necessário que reconheçam que tem que recuar. Não é possível querer manter a tarifa diminuindo serviços. Tem que rediscutir a questão mesmo, de uma forma ampla e generosa com o povo paranaense, que já deu mais de R\$ 5 bilhões.

Muito obrigado!

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Ofício nº 262/07, subscrito pelo Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente, justificando sua ausência das Sessões Plenárias de hoje e de amanhã (07/11 e 08/11), por estar em visita a municípios de sua base eleitoral, no Noroeste do estado. **À Diretoria Legislativa para anotar.**

Indicação nº 355/07, de autoria da Sra. Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes, a implantação de ruas marginais à Rodovia do Xisto BR-476, no município de Araucária. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3288, de autoria do Sr. Deputado Duílio Genari, constante do expediente, justificando a ausência de Plenário para o Deputado Ney Leprevost, no dia 07/11 (quarta-feira), em virtude de reunião com o Prefeito Beto Richa, para tratar de assuntos de interesse da comunidade. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª Discussão (Votação em)

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 604/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 032/07, que objetiva o ingresso do estado do Paraná, no Consórcio Intermunicipal para Gestão dos Resíduos Sólidos Urbano - SEDU/COMEC, conforme especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF, CAM e CEMA. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CEMA. EM REGIME DE URGÊNCIA. COM EMENDA DE PLENÁRIO. **Aprovado, artigo por artigo.**

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 3293, de autoria do Sr. Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 01 (uma) Sessão. **Aprovado.**

Para encaminhar o requerimento, com a palavra o Deputado Augustinho Zucchi.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT) **(Para Encaminhar)**

Talvez a oportunidade que tenho a verbalizar aqui uma preocupação, penso, de todos os Parlamentares.

Vejam bem, conversei hoje com o nosso ex-colega Stica, hoje Diretor da SANEPAR, e me explicava das razões do projeto.

Tudo aquilo que não tem um critério e é bem discutido aqui, acaba gerando dúvidas.

Por exemplo, não consta nesse projeto nenhum dos municípios do Sudoeste do Paraná. Qual é a razão? Por que não pode ter consórcio lá? Não está se discutindo isso lá? Está, eu liguei para um Prefeito agora há pouco, e ele me dizia: “No nosso caso é bom pertencer a esta autorização, porque é bom que a SANEPAR tome parte do nosso consórcio.”

Vejo que tem Deputados que dizem o contrário.

Então, na minha opinião, temos que rediscutir esse projeto, senão vai nos deixar numa situação de não podermos votar. V. Exa. encerrou a discussão, porque assim manda o nosso Regimento, já está em 2ª discussão, não pode mais receber emendas.

Creio que nessa retirada por uma Sessão, que o Regimento nos permite, Deputado Romanelli, possamos rediscutir este projeto, adequar àquilo que é importante para o estado, para que possa receber a aprovação dos parlamentares.

Gostaria que nessa retirada fosse nos dito porque não entrou a região sudoeste do Paraná. Não pode entrar? Não deve entrar? Não é possível entrar? Tem que ter alguma resposta porque, daqui a pouco, alguém vai cobrar e não vou saber responder. Deputado Traiano, nem V. Exa. vai saber responder por que Francisco Beltrão, que é um município pólo, que tem 10 ou 12 municípios num raio de 50 quilômetros, não foi incluído. O Deputado Stica disse que a intenção do projeto é beneficiar ou incorporar municípios até 50 quilômetros do raio do município base, do município pólo. Então, por que Francisco Beltrão não está? Por que Pato Branco não está? Por que Dois Vizinhos não está? Não sei quais são as razões porque entraram alguns municípios e não entraram outros.

O Deputado Dobrandino questionou o fato de estar Foz do Iguaçu. Não estou dizendo que tem que estar. Estou querendo que alguém me explique por que não está. Quero ser convencido do porquê não está para poder votar.

Obrigado!

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA (PMDB)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Sr. Presidente, este projeto de lei era uma mensagem do Governo e previa, inicialmente, a participação do mesmo no consórcio que está se formando na região metropolitana de Curitiba. Posteriormente, alguns Deputados me procuraram, como Relator do projeto, e sugeriram que 3 cidades pudessem partilhar dessa metodologia: Foz do Iguaçu, Umuarama e Apucarana. Não vi coerência do ponto de vista geográfico e muito menos da produção de resíduos, porque todos sabem que o brasileiro produz uma média de lixo quase que constante, diária, de cerca de 800 gramas a 1 quilo por dia. Quanto mais volumosa a região mais lixo vai produzir, mais se justifica um consórcio. Então, com a ajuda de alguns companheiros Deputados, escolhemos 10 cidades pólo (praticamente 10 regiões metropolitanas) e o encaminhamento do substitutivo foi nesse sentido.

Respondendo ao ilustre Deputado Augustinho Zucchi, a região do sudoeste acabou não sendo contemplada por uma mera falha deste Deputado, esquecimento, uma falta de observação e não foi contemplada. Não acredito que isso seja motivo para nenhuma polêmica, até porque da mesma forma em que encaminhei esse substi-

tutivo é possível até, se ele realmente sair de pauta, ser feito o próprio substitutivo ou um outro projeto ser encaminhado nesse sentido. No meu entendimento, o projeto e o substitutivo são meritórios porque inauguram uma nova fase no Governo do Estado. É a participação do Governo em uma ação de saneamento básico que é fundamental, que é o resíduo sólido. O estado participa na água e no esgoto através da SANEPAR, mas, controle de vetores, drenagem e o resíduo sólido, que fazem parte destes 5 pontos do saneamento básico e da lei brasileira, lei nacional de saneamento, não fazem. Por isso, o projeto tem um mérito extraordinário, acredito que o substitutivo também e eventuais erros podem existir.

Agora, é preciso dizer que com este substitutivo mais de 300 municípios do estado do Paraná estão contemplados e as regiões podem ser ampliadas, ou seja, municípios podem aderir ao consórcio, da mesma forma como podem sair do consórcio. Então, embora não tenha sido, prevista, nominalmente, a região sudoeste, é possível sem dúvida nenhuma, que mesmo com esse substitutivo possa vir contemplada.

Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Há o acordo de retirada por uma Sessão.

O SR. TADEU VENERI (PT) (Para Encaminhar)

Como não vai haver oportunidade de fazer a discussão amanhã, queria tirar 2 dúvidas com o Relator, vou fazer o encaminhamento e depois ele, possivelmente, poderá responder.

Falei como o nosso companheiro que está aqui, Natálio Stica, porque o projeto não especifica em nenhum momento que é a SANEPAR, a detentora desse tipo de ação que será feito. Pergunto se é possível explicitar com a SANEPAR. Segundo, se o estado do Paraná, ao receber autorização, pode fazê-lo direta ou indiretamente, através de um processo - não estou dizendo que vai acontecer, por isso a pergunta - venha, por exemplo, conceder a terceiros esse serviço através de uma ação sua.

Acho que essas dúvidas têm que ser retiradas para que tenhamos, não digo daqui a um ano ou dois, mas como esse projeto é de longo prazo e sabemos, Deputado Cheida, que a coleta de lixo é um processo de longo prazo, de 5 a 10 anos, para que não tenhamos daqui a um tempo o estado do Paraná podendo passar para uma empresa privada o serviço de coleta de lixo, através de uma ação sua, de uma participação do consórcio.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)

Para encaminhar, Sr. Presidente?

(Assentimento)

Apenas eu queria ilustrar, aqui, o acordo com o Líder do Governo, o ilustre amigo Romanelli, que entendeu o nosso apelo e há um consenso à sua retirada para essa segunda-feira.

Vejam como é importante. Defendo a sua retirada, porque neste final de semana vou conversar com os meus Prefeitos da região, que estão sendo contra. E já surge agora o Deputado Augustinho Zucchi querendo que a sua região seja incluída. Então, é importante que seja retirado por 4 ou 5 dias, para discussão. Na segunda, assumo o compromisso que votaremos o projeto. E quero agradecer o meu amigo Romanelli, Líder do Governo, por sua compreensão.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Acho correto.

Eu poderia sugerir, que já que vai ser retirado e o projeto só virá à votação segunda-feira, o Governo poderia apresentar nesta segunda-feira uma mensagem, já com os novos municípios, porque regimentalmente aqui não temos condição de incluir o sudoeste. Não tem como apresentar uma emenda. Acho que isso pode ser discutido, que se apresente uma emenda, uma nova mensagem incluindo o sudoeste.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT)

Pela ordem, Deputado Nelson Justus?

(Assentimento)

Dizer que não sei se é importante, está muito superficial essa discussão. Não sei se é importante incluir o sudoeste ou não. Estou dizendo que é preciso dizer porque não incluiu, se pode ou não. O Deputado Traiano tinha dado uma sugestão que acho valiosíssima, mas não sei se há tempo hábil para fazer isso. Em um projeto como esse tem que chamar as associações municipais, para discutir um projeto como esse, porque corremos o risco de aprovar ou então só aprovar aquilo que foi consensuado, que é o projeto original. Se começarmos a emendar sem sabermos o que estamos emendendo, podemos daqui a pouco fazer algo que não é do interesse da nossa população.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

O projeto está retirado até segunda-feira e creio que as lideranças poderão conversar nesse tempo e a Mesa tem acatado sempre a sugestão dos líderes e os acordos que porventura possam acontecer.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Pela ordem, Sr. Presidente?

(Assentimento)

Talvez, no meu encaminhamento, o Deputado Líder do Governo possa colaborar. Quero dizer a V. Exa. o seguinte: concordei com a retirada do projeto da Ordem do Dia, mas discordo frontalmente de votar na segunda-feira. V. Exa. com a autoridade que tem, pode incluir na pauta, sem nenhum problema, porque regimentalmente tem autoridade para isso. Mas eu estarei aqui. Não há como votar um projeto que iniciou na região metropolitana. Emendou-se e de repente criou-se um projeto sem

nenhum planejamento técnico ambiental que é necessário. Ora, vi aqui o encaminhamento do Deputado Zucchi, que representa o sudoeste. Ele é importante. Então, não é até segunda-feira que vamos ter aqui um projeto com planejamento, com justificativa.

A questão região metropolitana, quando o projeto passou pela CCJ, tivemos o cuidado, Deputado Durval, V. Exa. que preside, de questionar a Prefeitura de Curitiba, as prefeituras da região metropolitana. O restante, respeito toda boa vontade e até o conhecimento da questão ambiental do Deputado Cheida, mas o restante ficou uma anomalia no projeto. Por esta razão, não sei se os meus companheiros concordam, mas estarei aqui na segunda-feira e quero dizer a V. Exa.: criarei todos os obstáculos possíveis, porque este projeto está incompleto. E quando trabalhamos com a questão ambiental é mais complexo ainda.

Por esta razão, não me sinto em condições de aprovar um projeto que ninguém sabe explicar o porquê que estão criando os braços conforme os interesses políticos. Quando se trata de questão ambiental, de uma questão tão séria como esta, não é só a vontade regional que tem que prevalecer. É a vontade ambiental, é um planejamento de onde estamos saindo e onde queremos chegar.

Por esta razão, Sr. Presidente, me permita antecipar o meu posicionamento. Segunda-feira não tenho condições técnicas de votar esse projeto. Por isso, fiz o acordo para a retirada, mas na segunda-feira estarei aqui levantando os questionamentos e espero ter o apoio dos Srs. Parlamentares.

Obrigado.

O SR. NEREU MOURA (PMDB)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Sr. Presidente, lá na CCJ ocorreu um questionamento por conta de procedimentos do trâmite deste projeto na Comissão de Meio Ambiente e aqui no Plenário. O Deputado Reni Pereira levantou uma questão de ordem junto ao Deputado Durval Amaral. O Deputado Durval Amaral, com muita inteligência, resolveu a questão de ordem dizendo que iria levar a questão de ordem a V. Exa., para que V. Exa. decidisse a questão.

Então, veja bem, Deputado Presidente Nelson Justus, se V. Exa. decidir a questão de ordem, conforme a decisão de V. Exa. esse projeto necessariamente vai ter que voltar à CCJ para ser melhor apreciado na CCJ. Portanto, voltado à CCJ, seria possível fazer um substitutivo geral e apreciá-lo melhor. Posso ter aqui a discordância do Deputado Romanelli, mas é uma questão de ordem que faço ao Presidente da Casa que vai decidir, independentemente dos interesses de Governo ou Oposição, porque é o interesse do Paraná que está em jogo. Temos que legislar com responsabilidade ao fazer uma lei com esse grau de responsabilidade, que ela perpetua nos interesses do povo do Paraná.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, pela ordem.

(Assentimento)

Quero dizer o seguinte: lamento talvez não ter falado no início para encaminhar o requerimento de concordância com o Deputado Dobrandino, transferindo em homenagem a ele que vai fazer uma consulta aos municípios da sua região, para a votação na segunda-feira. Mas, está marcado para segunda-feira que o projeto está em regime de urgência, precisa ser votado.

Respondendo à questão de ordem, se me permite o Deputado Nereu Moura, que a questão dele é uma coisa que tem que ser resolvida por V. Exa. Vi inclusive, a formulação feita pelo Presidente da Comissão de Justiça a V. Exa. Mas, quero dizer que o Presidente da Comissão de Justiça também resolveu o tema desse projeto na Sessão de hoje, quando ele solicitou ao Relator, Deputado Reni Pereira, que relatasse a constitucionalidade, primeiro, da emenda substitutiva geral apresentada pela Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, e também a emenda formulada pelo Deputado Dobrandino, e o Deputado Reni Pereira pediu tempo, saiu da Sessão e foi elaborar os dois pareceres - a emenda substitutiva geral, apresentada pela Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, com parecer favorável, e também com parecer favorável, porque é constitucional, a emenda do Deputado Dobrandino.

Então, quero dizer que esta questão foi superada pela decisão do Presidente da Comissão de Justiça. Então, o projeto, efetivamente, não tem que retornar a nenhuma comissão.

Quero dizer ainda, Sr. Presidente, o seguinte, ao Deputado Augustinho Zucchi - o Deputado Cheida é seguramente uma pessoa, ou até tenho dito a ele, que tem que falar mais sobre o meio ambiente aqui na Casa. A Casa não tem, sinceramente, a idéia do conhecimento teórico e prático, claro, mais teórico que o Deputado Cheida tem sobre este tema. Quando ele elabora, como Presidente da Comissão, e a Relatora foi a Deputada Rosane que elaborou o substitutivo geral, na parceria com o Deputado Cheida, o que ocorre na prática? Nós tivemos ali contempladas as demandas que surgiram, do ponto de vista da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e da Companhia de Saneamento do Paraná, a SANEPAR, que para poder participar vai ter que ter uma outra lei autorizatória. Mas, efetivamente, Deputado Augustinho Zucchi, o que está contemplado são as demandas que surgiram, porque consórcio público é uma modalidade moderna - a lei dos consórcios públicos está vigindo desde 2005, foi uma iniciativa do Governo do Presidente Lula, no reconhecimento de que a gestão de políticas públicas têm que ser integradas e quando estamos trabalhando agora com estes novos conceitos, sei que cria, claro, muitas dúvidas.

Mas vejam bem, primeiro forma-se, através de uma Associação de Municípios, o consórcio, do ponto de vista da intenção dos municípios que vão participar. No

caso da região metropolitana de Curitiba já tem 14 municípios que integram esse consórcio, que é o CONRESOL (sic). Este consórcio, integrado pelo estado, é fundamental que o estado possa participar, através da SEDU e da COMEC que vai participar, efetivamente, por conta das responsabilidades legais que a Secretaria de Desenvolvimento Urbano tem. E, efetivamente, no caso da região de Foz do Iguaçu e outras regiões, são demandas havidas de um processo de discussão com a Companhia de Saneamento do Paraná, porque o saneamento básico, modernamente concebido, encontra 4 variáveis, 4 vetores que são fundamentais. Quais são eles? Água, esgoto, resíduos sólidos, ou seja, o lixo, e também um outro tema que as companhias de saneamento resistem que é a drenagem de águas pluviais, que é um problema grave que as cidades têm, e todos estes temas são titularidades dos municípios e, claro, tem que ter a parceria do estado.

Então, quero dizer, Deputado Elio Rusch, que aqui não se trata de repetir ou tentar repetir a mesma discussão que houve naquela questão do projeto, que eu ainda nem Deputado era, mas ouvi pelos gabinetes aqui da questão das regiões metropolitanas. Aqui se trata, efetivamente, tem consórcio público para tratar de resíduos sólidos - se for necessário, no sudoeste, Deputado Augustinho Zucchi, eu não tenho dúvida, o Governador Requião vai enviar uma mensagem para a Assembleia Legislativa e vamos fazer a integração do estado nesse consórcio, porque o estado está apoiando essa política. Ela é moderna, é extremamente interessante e certamente vamos estar tratando com lei dos consórcios públicos, também outras políticas públicas.

Então, Sr. Presidente. para encerrar, na segunda-feira, não tenho dúvida, vamos votar este projeto. O projeto é importante, já passamos dos prazos para votar esse projeto e de segunda-feira não dá para passar para votar. Por isto, faço um apelo a todos os Parlamentares, independente da coloração partidária, da posição política, que aprovelem, que apoiem este projeto na segunda-feira.

Era isto, Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra o Deputado Waldyr Pugliesi.

O SR. WALDYR PUGLIESI (PMDB)

Sr. Presidente, me parece que estamos num impasse, veja a proposta que estou fazendo: por que não votarmos, inicialmente, a mensagem enviada pelo Governo? Se vota a proposta que contempla a região metropolitana, por quê? Porque estamos correndo contra o tempo. Vencida essa etapa, nova mensagem do Governo do Estado poderá ser enviada para cá, aí nós teríamos um tempo extremamente suficiente para contemplarmos aqueles que pretendam entrar na formação desse consórcio. É a proposta que, como Líder da Bancada do PMDB, faço a ela me parece extremamente plausível de ser acatada.

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas) (**Pela Ordem**)

Quero parabenizar o Líder do PMDB, Deputado Waldyr Pugliesi, pela sua excelente e oportuna intervenção na discussão dessa questão. Se o Governo tem pressa, tem urgência, como o projeto foi retirado da pauta, segunda-feira vota-se o projeto original e o substitutivo apresentado retira-se ou rejeita-se e se apresenta num projeto separado, futuramente, num entendimento com os municípios e com as regiões.

Eu estava conversando com o Líder do Governo, com o Deputado Dobrandino e também com o Deputado Pugliesi, eu disse que isso me faz crer quando o Governo do Estado mandou uma mensagem para criar a região metropolitana, aí começou a dar emenda daqui, emenda dali e qual foi o resultado? O próprio Governo retirou a sua mensagem.

Concordo em votarmos o projeto na sua originalidade e depois discutirmos região por região.

Quero parabenizar o Deputado Waldyr Pugliesi pela sua excelente idéia, já conversei com o nosso Líder da Oposição, Deputado Valdir Rossoni, ele já disse que é uma excelente idéia, o Deputado Zucchinho também já fez sinal que é uma excelente idéia essa do Deputado Waldyr Pugliesi e não podia ser outra com esta experiência do Parlamento do Paraná, e por que não dizer, do Brasil.

Parabéns.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Quero cumprimentar o Deputado Waldyr Pugliesi e tenho que colocar aos Srs. Deputados essa sua proposta que, a meu ver, é pertinente. Eu não voto a questão de ordem levantada pelo Deputado Nereu Moura, também é pertinente, mas foi julgada e decidida pelo próprio Presidente da CCJ, Deputado Durval Amaral. No entanto, se acordamos aqui, há, sem sombra de dúvida, total pertinência de votarmos o projeto original, rejeitarmos o substitutivo e aguardarmos nova mensagem do Governo contemplando os municípios que não estejam inseridos na mensagem original. Se houver essa concordância, podemos assim fazer.

Me informa o Deputado Líder do Governo, Romaneli, que não é esta a posição do Governo, que o Governo quer votar o substitutivo. Agora, a sugestão do Deputado Waldyr Pugliesi fica e eu, mais uma vez, ratifico a pertinência da mesma. No entanto, o que vamos votar aqui é a retirada do projeto por uma Sessão, portanto ele deverá voltar na segunda-feira e cabe às lideranças tentar um acordo para até segunda-feira que se vote o projeto original e deixemos o substitutivo para que venha uma mensagem discutida por todos.

Portanto, coloco em votação o requerimento do Deputado Dobrandino.

Aprovado o requerimento. Portanto, retirado por uma Sessão o referido projeto.

O SR. GERALDO CARTÁRIO (PDT) (**Pela Ordem**)

Essa sugestão do Deputado Waldyr Pugliesi leva a votar o projeto original nesta Sessão.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Essa é a sugestão dele, mas já retiramos da pauta. A sugestão do Deputado Pugliesi era que se votasse hoje, e que, ao meu ver, era totalmente pertinente.

O SR. GERALDO CARTÁRIO (PDT)

Só para acrescentar que está resolvido o problema a nível de consórcio do Paraná, mas a região metropolitana, até provem contrário, o lixo vai todo para a Fazenda Rio Grande e não estamos aceitando isso. Vamos discutir isso na segunda-feira.

Redação Final

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 618/07, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, que declara de utilidade pública estadual a HOFTALON - Centro de Estudos e Pesquisas da Visão, com sede e foro no município de Londrina. **Aprovado. (Publ. no DA nº 096/07, de 21/08/07, em Projetos de Lei).**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 662/07, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, que declara de utilidade pública a Associação de Amigos da Pastoral da Criança - AAPAC - Diocese de Campo Mourão, com sede e foro no município de Campo Mourão. **Aprovado. (Publ. no DA nº 109/07, de 11/09/07, em Projetos de Lei).**

2ª Discussão

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 677/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 039/07, que cria cargos, com lotação na Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania - SEJU, 10 cargos de Vice-Diretor de Unidade Penal, símbolo 1-C e 10 cargos de Chefe de Segurança de Unidade Penal, símbolo 2-C, todos de provimento em comissão. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF.

Aprovado. Com voto contrário do Deputado Elio Rusch.

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 688/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 041/07, que fica autorizada a transferência de recursos provenientes da arrecadação do Departamento de Trânsito do Paraná - DETRAN, no exercício de 2007, no valor

R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), para o orçamento próprio do Departamento de Estrada de Rodagem - DER. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CO. COM EMENDA DA CCJ. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, emenda modificativa, nos seguintes termos:

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO, Nº 01 AO PROJETO DE LEI 688/07

Com fulcro no que autoriza os artigos 137, parágrafo 4º e 141, II do Regimento Interno desta Casa de Leis, fica modificada a redação do artigo 3º do Projeto de Lei nº 688/07, de autoria do Poder Executivo, que passa a ter a seguinte redação:

“Art. 3º Os recursos de que trata o artigo 1º desta lei deverão ser utilizados para as finalidades estabelecidas pelo artigo 22 da Lei Federal nº 9503 de 23 de setembro de 2007 (Código de Trânsito Brasileiro).”

Sala das Sessões, em 07.11.07.

(a) RIBAS CARLI FILHO

Apoiamento:

Plauto Miró, Marcelo Rangel, Osmar Bertoldi, Ademair Traiano e Pastor Edson Praczyk.

O projeto retorna à Comissão de Constituição e Justiça.

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 707/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 045/07, que autoriza o Poder Executivo a criar o fundo rotativo do Departamento Estadual de Trânsito do Paraná - DETRAN/PR. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovada a emenda.**

1ª Discussão

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 215/07, de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro, que concede o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Sr. Cândido Furtado Maia Neto. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **(Publ. no DA nº 021/07, de 03/04/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PRO- JETO DE LEI Nº 215/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro, tem como escopo conceder título

de Cidadão Benemérito do estado do Paraná ao Sr. Cândido Furtado Maia Neto.

Legitimidade

Dispõe a Lei nº 13115 de 14 de fevereiro de 2001 alterada pela Lei nº 14677 de 06 de abril de 2005:

Art. 1º O título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito será concedido à pessoa que tenha prestado relevantes serviços ao estado do Paraná e que satisfaça pelo menos dois dos requisitos seguintes:

I- exercício, com denodo e proficiência, de cargo, função, emprego ou atividade, de natureza pública ou privada (...)

II - contribuição ao desenvolvimento das ciências, letras, artes ou da cultura em geral;

III - ação destacada na área de filantropia ou em favor de obras sociais;

IV - ter reputação ilibada ou conduta pessoal e profissional irrepreensíveis;

V - ter em sua biografia registro de postura ética e respeitosa na defesa dos postulados democráticos, das instituições nacionais e da cidadania.

Art. 2º Cabe exclusivamente aos partidos políticos com assento na Assembléia Legislativa apresentarem projetos de lei concedendo títulos de Cidadão Honorário ou Cidadão Benemérito do estado do Paraná.

§ 1º Cada partido político poderá representar até 8 (oito) títulos de Cidadão Honorário ou de Benemérito, a sua escolha, por legislatura.

Conforme se pode depreender do acima transcrito, cabe exclusivamente aos partidos políticos com assento na Assembléia Legislativa apresentar projetos de lei concedendo título de Cidadão Honorário de forma que o Parlamentar subscritor possui legitimidade para propor o presente projeto. No mesmo sentido, conforme a justificativa do projeto, prova-se que os requisitos solicitados pela lei foram atendidos. Ainda, verifica-se que, a presente proposição encontra-se dentro da quota de 8 projetos por legislatura, referente ao partido correspondente.

Constitucionalidade

Ante o exposto, não havendo óbice quanto à correta aplicação da técnica legislativa e tampouco acerca da legalidade e constitucionalidade do presente projeto, e uma vez estando dentro da cota da agremiação partidária do autor, opinamos pela aprovação do projeto de lei em questão.

Sala das Comissões, em 23.04.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
NEY LEPREVOST - Relator

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 3296, de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 01 (uma) Sessão. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 01 (uma) Sessão do Projeto de Lei nº 215/07.

Requerimento nº 3298, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente, solici-

tando votação em bloco das Proposições de Veto nºs 021, 022 e 027/07, itens 08, 09, e 10 da Ordem do Dia da presente Sessão. **Aprovado.**

Requerimento nº 3294, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente, solicitando a retirada da Proposição nº 022/07, veto apostado ao Projeto de Lei nº 509/06. **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está, portanto, em votação o requerimento do Deputado Luiz Claudio Romanelli, requerendo a votação em bloco das Proposições de Veto nºs 021 e 027, o item 08 e o item 10, já que o item 09 foi retirado de pauta. **Aprovado.**

Discussão Única (Proposições)

ITEM 08

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 021/07, de veto apostado ao Projeto de Lei nº 557/06, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, que autoriza o Poder Executivo a proceder a reversão do imóvel de matrícula nº 3691 ao patrimônio do município de Janiópolis. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC Nº 369/06

Curitiba, 22 de dezembro de 2006.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 448/06, dessa presidência e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, em conformidade com o artigo 87, inciso VII, combinado com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 557/06, por julgá-lo contrário ao interesse público, diante do fato de que o imóvel em referência poderá vir a ser utilizado pela própria administração estadual e face inconstitucionalidade por ofensa ao princípio da iniciativa, tendo em vista que, não tendo sido do Chefe do Poder Executivo, fere os artigos 66 e 87 da Carta Estadual.

Esse os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 557/06 encontra-se publicado no DA nº 136/06, de 04/12/06, em Projetos de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO Nº 021/07

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 577/06 de autoria do Deputado Kielse, autoriza o Poder Executivo a proceder a reversão

do imóvel de matrícula nº 3691, situado no município de Janiópolis, estado do Paraná, foi objeto de veto do Sr. Governador Roberto Requião.

Chamada esta relatoria a se manifestar, e por ter sido o veto apostado dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer de que o mesmo encontra-se em condições de ser apreciado pelo Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 05.03.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

ITEM 09

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 022/07, de veto apostado ao Projeto de Lei nº 509/06, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que autoriza o Poder Executivo a proceder a doação do imóvel urbano À Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Guairacá. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

Retirado da Ordem do Dia, conforme requerimento acima aprovado.

OF/CTL/CC Nº 370/06

Curitiba, 22 de dezembro de 2006.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 351/06, dessa presidência e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, em conformidade com o artigo 87, inciso VII, combinado com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 509/06, por julgá-lo contrário ao interesse público, diante do fato de que o imóvel em referência poderá vir a ser utilizado pela própria administração estadual e face inconstitucionalidade por ofensa ao princípio da iniciativa, tendo em vista que, não tendo sido do Chefe do Poder Executivo, fere os artigos 66 e 87 da Carta Estadual.

Esse o motivo que me levou a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 509/06 encontra-se publicado no DA nº 118/06, de 30/10/06, em Projetos de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO Nº 022/07

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 509/06 de autoria do Deputado Luiz Accorsi, autoriza o Poder Executivo a proceder doação do imóvel urbano à APAE de Guairacá, foi objeto de veto do Sr. Governador Roberto Requião.

Chamada esta relatoria a se manifestar, e por ter sido o veto apostado dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer de que o mesmo encontra-se em condições de ser apreciado pelo Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 05.03.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

ITEM 10

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 027/07, de veto apostado ao Projeto de Lei nº 364/06, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel a Prefeitura Municipal de Borrazópolis. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC Nº 375/06

Curitiba, 22 de dezembro de 2006.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 355/06, dessa presidência e de comunicar a V. Exa. que, de acordo com o 87, inciso VII, combinado com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 364/06, por julgá-lo contrário ao interesse público, tendo em vista informações prestadas pela Secretaria de Estado da Administração e da Previdência de que não há interesse na mencionada doação, pela possibilidade de tais imóveis serem utilizados por órgãos da própria administração estadual, alguns dos quais, aliás, já ocupados pelo DETRAN e Secretária da Agricultura. É, ainda, inconstitucional porque, não tendo sido de iniciativa do Poder Executivo, fere os artigos 66 e 87, da Carta Estadual.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 364/06 encontra-se publicado no DA nº 075/06, de 26/06/06, em Projetos de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO Nº 027/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O Projeto de Lei nº 364/06, de autoria do Deputado Alexandre Curi, vetado pelo Governador do Estado, tem por objetivo dispor sobre a doação de um imóvel do estado para o município de Borrazópolis.

Fundamentação

Reza a Constituição Estadual:

Art. 71. Concluída a votação, a Assembléia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembléia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifos nossos)

A Comissão de Constituição e Justiça, através de seu relator, verificou que o veto foi apostado dentro do prazo legal.

Em razão do exposto, somos favoráveis ao encaminhamento do presente veto ao plenário.

Sala das Comissões, em 06.03.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

NEY LEPREVOST - Relator

Vamos votar o item 08 e item 10. Vetos apostos aos projetos de lei de autoria dos Deputados Kielse e Alexandre Curi.

Solicito ao Sr. 1º Secretário Deputado Professor Luizão, que proceda à chamada nominal. Os Deputados que forem favoráveis aos vetos, votam com a expressão SIM. Os Deputados que forem contrários aos vetos, votam com a expressão NÃO.

Pela ordem, o Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Só gostaria de alertar. Não é necessário, mas é bom. Até concordei de votar em bloco os vetos, porque são vetos de autoria de Parlamentares do Governo. Espero que nesse momento os Parlamentares que apóiam o Governo se unam à Oposição e vamos derrubar os vetos do Governador.

Poderíamos votar individualmente os vetos. Concordamos em votar em bloco, porque a força é maior. Espero que os próprios autores dos projetos vetados pelo Sr. Governador votem pela derrubada do veto. Vamos enfrentar pelo menos essa parada porque temos, na verdade, muito pouco poder de legislar, nesse momento em que o Governador veta um projeto. Se fosse do Rossoni, do Traiano, mas, alertei na CCJ, que há muitos projetos, que é mais um jogo de torcida do que um projeto baseado na Constituição. Agora está aí criado o problema. O projeto está na pauta, foi votado, foi aprovado por todos os Parlamentares. O Governador veta. É uma atitude do Governador. Porque esta Casa disse que os projetos eram constitucionais, esta Casa disse que no mérito, concordávamos com o projeto. Será que agora, vamos ficar brincando de dizer: "Ah, porque o projeto é do fulano de tal, vou votar". Mas, depois o Governador veta e, daí, concordam com o Governador.

Quero dizer o seguinte: votei favorável aqui, no plenário. Posicionei-me contrário, como o Deputado Luiz Carlos Martins e os demais membros, o Deputado Rangel

da CCJ tem se posicionado nesses projetos, que considero alguns projetos inócuos.

Não conseguimos convencer os Deputados. Por esta razão, agora, até quero tirar fotografia. Quero ver alguém aqui votando contra o seu próprio projeto. Não é possível! Não acredito! Porque aí, usaram da bondade dos Srs. Parlamentares, principalmente dos Parlamentares da Oposição, que poderiam ter tido um posicionamento radical, contrário. Não. Agora não. Agora é a prova dos nove fora, ou assinamos embaixo e dizemos para o Governador que tudo que ele quer aprovamos aqui nesta Casa, ou pelo menos damos uma sinalização que este Poder é independente.

Agora, vou assistir de camarote, ali do lado do meu colega e amigo, como todos são aqui, o colega Luiz Carlos Martins.

Para encaminhar, o Deputado Elton Welter.

O SR. ELTON WELTER (PT) (**Para Encaminhar**)

Esta Casa de Leis, para felicidade dos Parlamentares, criou a COPELEGIS. Eu era do CCJ e vários Deputados, queríamos criar um método de jurisprudência, onde projetos que são meramente autorizatórios, não fossem aprovados nesta Casa. O constrangimento, infelizmente, Sr. Presidente, é do Poder! Ontem, novamente foram aprovados vários projetos autorizatórios e são inconstitucionais esses projetos. Por isso, não tenho dificuldade nenhuma em manter os vetos do Governador, porque tivemos ações de objetos semelhantes de autorização para imóveis que foram feitos por indicação legislativa e vieram para cá em forma de lei do Poder Executivo.

Então, sugiro aos autores do projeto que façam um arrazoado fundamentado, do ponto de vista da necessidade real desses terrenos, de reversão de imóvel em forma de indicação legislativa, que é uma prerrogativa legal, constitucional, e não de projetos autoritários. Então, acredito que vai valorizar este Poder e acredito que a COPELEGIS vai criar condições para que projetos que são autorizatórios não venham a Plenário, porque vai ter a fundamentação jurídica com consistência lá na CCJ.

Muito obrigado!

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

Sr. Presidente, também vou votar em solidariedade à Bancada do PMDB, que é a majoritária nesta Casa com 17 Parlamentares, e não tenho dúvidas que os vetos serão derrubados, até pela solidariedade dos componentes da Bancada do PMDB e também pelo mérito dos dois projetos que aprovamos em plenário. Então, a nossa confiança que os vetos serão derrubados, porque não creio que o PMDB vai faltar com essa solidariedade a dois ilustres Parlamentares de sua bancada, Deputado Kielse e Deputado Alexandre Curi.

O SR. STEPHANES JÚNIOR (PMDB)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Muito obrigado, Sr. Presidente! Queria externar a minha opinião. Já conversei com boa parte dos Deputados da Base do Governo e não vejo empecilho em derrubarmos esse veto, porque é um projeto autorizatório de colegas que votam com o Governo. Não vejo, na realidade, o vício de origem que é alegado para o veto e a sugestão do Elton Welter, que daqui para frente possamos fazer, através de projeto de indicação, acho correta, mas não vejo problema nisto aqui! É uma coisa muito simples, que autoriza uma Prefeitura a utilizar um imóvel que não está sendo utilizado. Como Vereador em Curitiba, dezenas de vezes fizemos isso e não houve vício de origem, sendo que o processo é o mesmo e nos outros Governos no passado também era o mesmo processo e eram autorizados.

Então, não vejo problemas na questão, apenas acho que se o Waldyr Pugliesi e o Romanelli concordarem, até porque são colegas da Base do Governo, poderíamos votar e ficar a autorização para o Governador. Não há nenhum problema nisso!

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Sr. Presidente, queria solicitar aos Deputados que integram a Base do Governo que mantenham a coerência e mantenham o veto do Governador Requião. Os projetos são flagrantemente inconstitucionais e até hoje nesta Casa houve apenas um único veto onde houve concordância da Casa, que foi derrubado e foi por conta de um acordo político. Todos os outros projetos de lei que foram vetados pelo Governador Requião foram mantidos e o que peço é a coerência e a lealdade dos companheiros do PMDB, do PT, os companheiros do PSDB que nos apóiam e de outras bancadas aqui que também têm tido uma postura de apoio e fundamentalmente de coerência, porque aquilo que for fundamental e importante, o Parlamentar pode fazer indicação legislativa, procurar a Liderança do Governo, que faremos as tratativas e aquilo que for importante e fundamental, faremos o Governo enviar a esta Casa, depois de discutida muito amplamente a questão da destinação do imóvel à doação, projeto que pode vir de cessão de uso ou de doação para Prefeitura ou entidade.

Então, Sr. Presidente, o que pedimos é para que os companheiros que integram a Base do Governo mantenham o veto que foi apostado pelo Governador Requião.

Era isso, Sr. Presidente!

O SR. TADEU VENERI (PT)

Questão de ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

É uma solicitação que faço à Mesa, porque os vetos, após passarem pela CCJ, gostaria de confirmar isso

com a Mesa, eles têm um prazo para entrar na pauta de votação e verifiquei aqui esses 2 vetos foram apostos em janeiro e março e, portanto, já faz alguns meses que estão aqui.

Não sei se essa informação que tenho é correta, Sr. Presidente, só estou fazendo isso porque não sei quantos vetos temos hoje para serem votados ainda.

E segundo, obviamente que aí já foi dito pelo Líder do Partido dos Trabalhadores, mas a única coisa que gostaria de acrescentar é que é uma incoerência, porque primeiro aprova na CCJ, depois aprova em Plenário, para depois manter o veto. Particularmente acho que temos que derrubar o veto ou não deveríamos ter aprovado o projeto na CCJ e depois aqui no plenário! Sinto-me incoerente em manter o veto, porque afinal esta Casa tem ou não tem clareza do que vota na CCJ e do que vota em plenário?

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Sr. Presidente e Srs. Deputados, estava acompanhando aqui a discussão a respeito dessa questão desses 2 projetos. Sr. Presidente, estava analisando aqui que os 2 projetos foram propostos por 2 eminentes Srs. Deputados da Bancada do Governo, Deputado Kielse e Deputado Alexandre Curi. Disse bem aqui o Deputado Elton Welter que o correto é apresentar indicação e o Governo depois remeter de lá para cá, como já tem feito em alguns projetos e que se torna lei - a prerrogativa pertence ao Executivo e não ao Legislativo.

Quando fazemos isso e votamos um projeto inconstitucional, ele acaba sobrando aqui para o Plenário e aí começa essa confusão que sofre todo mundo e que agora os autores dos projetos precisam sair do plenário, porque não estou vendo aqui nenhum dos autores dos projetos para defendê-los.

Então, é muito triste você ver um projeto flagrantemente ilegal aprovado aqui na Casa, que vai ao Governo e que o Governo, por questão de legalidade, precisa vetá-lo, porque é ilegal, porque senão qualquer cidadão pode fazer uma proposição na Justiça e vai desmoralizar esta Casa. Por isso, que é preciso que alguns projetos desta Casa não sejam colocados de forma ilegal e os Srs. Relatores, principalmente delegados pela presidência da CCJ, precisam prestar atenção quando derem seus pareceres e os nobres membros da CCJ também precisam ter cuidado, porque senão ocasiona esses problemas aqui no Plenário e que agora, se correremos o bicho pega e se ficarmos, o bicho come.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Encerrada a discussão.

Convido o Sr. 1º Secretário, Deputado Professor Luizão, para que proceda à chamada nominal.

Volto a afirmar que os Deputados favoráveis à manutenção do veto votam com a expressão SIM e que os

Deputados contrários ao veto votam com a expressão **NÃO**.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Sr. Presidente, só uma questão de ordem.

Geralmente votamos aqui e quando não tem número suficiente, acaba caindo a Sessão.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Nós vamos fazer a chamada nominal.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP) (**Pela Ordem**)

Para comunicar a V. Exa. que a Bancada da Oposição está se ausentando do plenário em absoluta solidariedade ao brilhante Deputado Alexandre Curi e ao brilhante Deputado Cleiton Kielse. É uma solidariedade da Oposição aos dois ilustres Parlamentares, pela inteligência que tiveram em submeter esses projetos à apreciação nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Vamos proceder à chamada nominal para verificação de quorum, alertando que aqueles Deputados, todos aqueles que encaminharam estão presentes, não precisa responder à chamada nominal, eles estão presentes.

Com a palavra o Sr. Deputado Professor Luizão, 1º Secretário, para proceder à chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Professor Luizão**)

(**Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados**)

Sr. Presidente, 19 Deputados presentes.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Não há quórum para prosseguimento da votação, nem para prosseguimento da Sessão.

O SR. CLEITON KIELSE (PMDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, gostaria de convidar todos os Deputados, funcionários, e registrar que os Deputados estão bancando o jantar para seus funcionários, para o jantar anual, hoje às 20h, no Restaurante Madalosso.

É um jantar em homenagem a este ano que foi muito proveitoso, não só para a Assembléia Legislativa, mas para o estado do Paraná.

Em nome da APASDE, convido todos.

Muito obrigado!

Encerramento da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Nestas condições, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 08, às dez horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nº 021 e 027/07.

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 230/07.

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 736/07.

REDAÇÃO FINAL - da Proposição nº 083/04.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 707/07.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 623, 626, 675/07 e do Projeto de Resolução nº 033/07.

Levanta-se a Sessão.

Publicações Administrativas:

Contrato de Comodato

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE COMODATO E OUTRAS AVENÇAS

Instrumento particular de contrato de comodato e outras avenças que entre si fazem as partes abaixo qualificadas, sob as cláusulas e condições mutuamente pactuadas e aceitas a saber:

Quadro I - Comodante

Nome da empresa: Café Automatic Ltda.

CNPJ/MF: 02.887.194/0001-14

Inscrição Estadual: 90.175.931-69

Endereço: Rua Ernesto Durigan, nº 105

Bairro: Santa Felicidade

Cidade: Curitiba

UF: PR

CEP: 82020-390

Tel/Fax: 41-3028-4100

Representada por: Aldo Cesar Picanço Braga

CPF/MF: 000.976.759-20

RG: 408.487

Quadro II - Comodatária

Nome da empresa: Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

CNPJ/MF: 77.799.542/0001-09

Inscrição Estadual: Isento

Endereço: Praça Nossa Senhora de Salete, nº 263

Bairro: Centro Cívico

Cidade: Curitiba

UF: PR

CEP: 82630-490

Telefone: 41-3350-4322

Representante(s) Legal(is) da Comodatária:

Nome: Abib Miguel

CPF/MF: 027.501.049-04

RG: 3.201.635-8

Quadro III - Do Objeto - “Da(s) Máquina(s)”

01 (uma) Máquina Modelo Lioness (00230881)

01 (um) Filtro (FI 000166)

Quadro IV - Do Prazo de Vigência do Contrato

12 (doze meses)

Início: 25.05.07

Término: 25.05.08

Quadro V - Valor das Doses - Forma de Pagamento

Todos os produtos serão cobrados da Comodatária conforme tabela abaixo:

**Até 1.500 doses/mês	R\$ 0,67/dose
**De 1.501 a 3.000 doses/mês	R\$ 0,62/dose
**Acima de 3.001 doses/mês	R\$ 0,55/dose

(a) Havendo moedeiro(s) ou leitora(s) ótica(s) na(s) **máquina(s)** a remuneração das doses é de propriedade da COMODANTE, à qual se faculta a efetuar o recolhimento do numerário respectivo na frequência e periodicidade que julgar adequadas, observado, contudo, o horário de funcionamento da COMODATÁRIA.

(b) Não existindo os acessórios indicados na alínea “a”, as leituras para medição do consumo mensal serão feitas no último dia do mês por técnico da COMODANTE, acompanhado por funcionário da COMODATÁRIA, que deverá atestar as mesmas, calculando-se, desta forma, o valor devido. Obriga-se a COMODATÁRIA a efetuar os pagamentos respectivos na forma contratada neste instrumento e especialmente observando que sempre será devido o valor correspondente ao consumo mínimo indicado no item 5.3. retro, independentemente de o consumo ser inferior a este.

(c) A COMODANTE apresentará memória de cálculo detalhada, demonstrando os consumos e seus custos respectivos. A COMODATÁRIA deverá pagar fatura sobre os insumos consumidos (conforme notas fiscais de venda de insumos) e também parcela relativa à prestação de serviços, coerentes com a memória de cálculo.

(d) A critério do COMODANTE, o número de **máquina(s)** poderá sofrer alteração(ões).

Cláusula Primeira - Do Objeto: Tem por objetivo este contrato a cessão gratuita de uso da(s) **máquinas(s)** e demais acessórios descritos no Quadro III, retro, doravante simplesmente denominada(s) **máquina(s)**, identificados(s) em conformidade com o Termo de Instalação, em anexo, o qual é parte integrante deste instrumento, para todos os efeitos legais, bem como o fornecimento de doses de bebidas, em conformidade com os produtos suportados pela(s) **máquina(s)** e com o disposto no Quadro V, retro.

Cláusula Segunda - Do Prazo: O presente contrato é firmado pelo prazo do Quadro IV, retro, o qual, expirado,

sem manifestação, prorrogar-se-á por igual período. Não havendo interesse pela prorrogação, a parte deverá manifestar-se, por escrito e com antecedência de 10 (dez) dias antes do término do prazo deste contrato.

Cláusula Terceira - Das Doses e Demais Obrigações Pecuniárias: O pagamento das doses será conforme as disposições constantes do Quadro V.

Parágrafo Primeiro - Outras obrigações pecuniárias: Se a(s) **máquina(s)** estiver(em) munida(s) de leitora(s) ou moedeiro(s), os cartões e/ou fichas correspondentes deverão ser adquiridas diretamente da COMODATÁRIA, devendo ser pagos à vista ou na forma do parágrafo terceiro desta cláusula.

Parágrafo Segundo: Não existindo os acessórios indicados na alínea “a” do Quadro V, obriga-se a COMODATÁRIA a pagar as doses respectivas, apuradas conforme disposto na alínea “b” do Quadro V, observado o consumo mínimo mensal indicado no item 5.3.

Parágrafo Terceiro: O pagamento das doses e/ou demais obrigações pecuniárias deverão ser pagas até o dia 05 (cinco) de cada mês, subsequente ao vencido, através de bloqueto bancário, depósito em conta corrente ou recibo, direta e exclusivamente na sede da COMODANTE, sendo vedada qualquer outra forma de pagamento, sob pena de ineficácia do mesmo. Havendo atraso no pagamento de quaisquer parcelas devidas por força do presente instrumento, sobre a parcela em atraso incidirão juros e correção monetária e multa moratória de 2% (dois por cento), da data do inadimplemento até o efetivo pagamento, cabendo inscrições em cadastros de restrição creditícia e protesto, sendo devidos ressarcimentos por todas as despesas havidas para a cobrança (judicial ou extrajudicial).

Parágrafo Quarto: Todas as obrigações pecuniárias decorrentes direta ou indiretamente deste contrato sofrerão reajustes anuais, tomando-se o termo inicial a data da assinatura do presente, independentemente da data da assinatura dos termos aditivos ulteriores.

Parágrafo Quinto: Fica estabelecido que havendo alterações significativas na situação econômico-financeira do país ou aumento de tributos, taxas e outros custos que alterem o equilíbrio econômico-financeiro do contrato os valores poderão ser reajustados, independentemente da decorrência do prazo previsto.

Cláusula Quarta - Das Condições Gerais:

a) A COMODANTE responsabiliza-se pela instalação e retirada da(s) **máquina(s)**;

b) A COMODATÁRIA obriga-se:

b.1. providenciar toda infra estrutura elétrica e hidráulica para instalação da **máquina(s)**, respondendo por todas as despesas decorrentes desta obrigação;

b.2. permitir à COMODANTE controlar e inspecionar as MÁQUINAS por meio de visitas, a qualquer tempo, independentemente de notificação;

b.3. não utilizar a(s) **máquina(s)** para finalidade diversa ao estatuído no presente contrato, observando fielmente as normas de utilização e manuseio, nem cedê-la(s) a qualquer título, para terceiros, zelando pela(s) mesmas como se proprietária fosse, responsabilizando-se integralmente e indenizando a COMODANTE, quando solicitado, pelos danos/avarias ou reposição de peças, causados por ato próprio (da COMODATÁRIA) ou de terceiros, dolosa ou culposamente, respondendo integralmente, ainda que em caso fortuito e força maior;

b.4. não fazer a instalação, em suas dependências, de equipamentos similares as **máquinas(s)**;

Parágrafo Primeiro: Havendo menção, no presente instrumento, de juros, entender-se-ão estes como mensais 1% (um por cento) ao mês e, no que se refere a índices de correção, entender-se-ão de aplicação mensal e será este o IGPM-FGV. Ocorrendo a não publicação, extinção ou impossibilidade de utilização deste índice, será utilizado o IPC-DI, ou, na ausência deste por índice que reflita a variação da inflação.

Parágrafo Segundo: As condições de risco da(s) **máquina(s)** locada(s) são de inteira responsabilidade da COMODATÁRIA, a qual se declara FIEL DEPOSITÁRIA da(s) mesma(s) e responde pelas obrigações ainda em situações de caso fortuito ou força maior (inclusive furto e roubo, em qualquer de suas modalidades), devendo esta diligenciar para que o estado do bem seja preservado em qualquer circunstância, sob pena de se responder pelos danos causados.

Cláusula Quinta - Da Rescisão: O presente instrumento poderá ser rescindido, por iniciativa da COMODATÁRIA, mediante aviso, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias. Se denunciado o contrato pela COMODANTE não haverá nenhum ônus para esta, aplicando-se o disposto no art. 1.254 do CC. Reputar-se-á, ainda, rescindido o presente contrato, de pleno direito, no caso de atraso (consecutivo ou alternado) no pagamento de duas ou mais parcelas pecuniárias.

Parágrafo Primeiro: O descumprimento total ou parcial do disposto no presente instrumento, pela COMODATÁRIA, ensejará à COMODANTE reputá-lo rescindido, mediante simples notificação à COMODATÁRIA, a qual, por sua vez, arcará com as penalidades da cláusula sexta.

Parágrafo Segundo: Rescindido o presente instrumento ou findo o prazo deste, sem renovação, a responsabilidade da retirada da(s) **máquina(s)** é da COMODANTE, devendo a COMODATÁRIA restituir, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, as **máquinas(s)**, no estado que as recebeu, sob pena de responder por perdas e danos, ficando sujeita às medidas judiciais cabíveis, cujas custas processuais e honorários advocatícios serão de sua responsabilidade.

Parágrafo Terceiro: Findo o prazo assinalado no parágrafo antecedente e continuado a COMODATÁRIA de posse do bem emprestado, independentemente de notificação/interpelação judicial ou extrajudicial,

cessará, de pleno direito, a posse desta. Assim, a COMODATÁRIA será reputada DEPOSITÁRIA da(s) **máquinas(s)**, devendo entregar(-las) imediatamente, sob pena de caracterizar-se esbulho possessório e, em não o fazendo, arcará, pelo tempo que permanecer na posse da(s) **máquinas(s)**, a título de uso e fruição, com o pagamento de aluguel, nos valores das tabelas vigentes da COMODATÁRIA, mensalmente, sem prejuízo das demais obrigações decorrentes deste contrato.

Parágrafo Quarto: O pagamento de valores citados no parágrafo terceiro, desta cláusulas, deverão ser efetuados na sede da COMODANTE, cujo endereço consta do “Quadro I” deste pacto, até o quinto dia do mês seguinte ao do evento.

Cláusula Sexta - Penalidades:

a) **Rescisão unilateral culposa da COMODATÁRIA ou pedido de distrato:** sem prejuízo no disposto no parágrafo terceiro da cláusula antecedente, responderá a COMODATÁRIA pelas despesas de instalação e desinstalação da(s) **máquina(s)**, no montante de 200 UFIR para cada procedimento;

b) **Rescisão pelo inadimplemento de parcelas pecuniárias:** aplica-se o disposto na cláusula terceira, parágrafo terceiro.

Parágrafo Único: O pagamento das penalidades e não exime a COMODATÁRIA do pagamento de quaisquer custas (judiciais ou extrajudiciais) e honorários advocatícios (20%) despendidos pela COMODANTE.

Cláusula Sétima - Da Incomunicabilidade de Personalidades Jurídicas: Este instrumento não estabelece entre as partes qualquer forma de sociedade (irregular, de fato ou regular), associação, grupo econômico, relação de emprego ou representação, afastadas quaisquer hipóteses de responsabilidade solidária ou subsidiária na órbita trabalhista, previdenciária e tributária, nem poderá ser entendido como mandato ou agenciamento, respondendo cada qual por suas responsabilidades trabalhistas, tributárias e previdenciárias, bem como todas e quaisquer obrigações impostas pelo Poder Público, obrigando-se a COMODATÁRIA a indenizar à COMODANTE, incontinenti, por quaisquer despesas que esta venha a suportar em decorrência de reconhecimento de solidariedade/subsidiariedade.

Cláusula Oitava - Para os efeitos deste contrato, ficam as **máquinas** previamente avaliadas em R\$ 7.000,00 (sete mil reais), por unidade cedida.

Cláusula Nona - Disposições Gerais: Pelo presente instrumento revoga-se e fica substituído expressamente qualquer outro acordo celebrado anteriormente entre as partes, quer seja de maneira tácita ou expressa.

a) Todos os avisos, notificações e comunicações que se fizerem entre as partes deverão ser feitas com antecedên-

